



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Faculdade de Formação de Professores
Programa de Pós-graduação em História Social -
Mestrado



Gabrielle Lins Meireles de Souza

**O Surgimento da Rede Globo: acordos econômicos e alianças políticas
entre 1962 e 1972.**

ORIENTADOR: Gelsom Rozentino de Almeida

São Gonçalo
2012

Gabrielle Lins Meireles de Souza

**O Surgimento da Rede Globo: acordos econômicos e alianças políticas
entre 1962 e 1972.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestrado em História, sob a orientação do Prof. Doutor Gelsom Rozentino de Almeida.

ORIENTADOR: Gelsom Rozentino de Almeida

**São Gonçalo
2012**

Gabrielle Lins Meireles de Souza

**O Surgimento da Rede Globo: acordos econômicos e alianças políticas
entre 1962 e 1972.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestrado em História, sob a orientação do Prof. Doutor Gelsom Rozentino.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida (orientador)

Faculdade de Formação de Professores / UERJ

Prof. Dra. Sônia Wanderley

Faculdade de Formação de Professores / UERJ

Prof. Dra. Carla Luciana Silva

UNIOESTE

**São Gonçalo
2012**

A minha família e a Rafael meu marido, pelo apoio e compreensão.

Agradecimentos

Uma das partes mais difíceis de uma longa caminhada é a gratidão, aquela sem interesse, desprendida de valores, sem querer algo em troca, e durante o mestrado aprendi o sentido real dessa gratidão.

Sem demagogias uma das pessoas que primeiramente tenho o orgulho de agradecer é o Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida, aquele mestre no sentido da palavra, que não só orienta, mas ajuda a superar seus próprios limites, obrigada por me orientar desde a graduação e agora no mestrado, que essa cumplicidade continue sempre.

Ao meu amigo e marido Rafael, por enfrentar todo esse processo ao meu lado sem deixar o desânimo me abater, e acreditar em mim e muitas vezes mais do que eu mesma. Obrigada por me fazer feliz.

Aos companheiros de graduação e mestrado, que são muitos para listar, mas cabe ressaltar que todos foram importantes nessa caminhada.

As Prof. Dr. Sônia Wanderley e Carla Luciana Silva, por seu tempo dedicado a leitura e contribuição a construção desse trabalho, e ao Prof. Dr. Sydenham Lourenço Neto por apoiar esse projeto desde a graduação.

Aos meus pais, por tornarem possíveis todos os meus sonhos.

Aos meus irmãos, por estarem sempre e incondicionalmente ao meu lado.

Enfim, a toda a minha família por ser o suporte necessário para a construção e realização dessa dissertação.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar a relação estabelecida entre o governo e a TV Globo durante seus primeiros anos e principalmente em sua fundação até a constituição como maior emissora de TV do Brasil (leia-se 1962-1972).

A análise dessa relação está baseada no estudo da Legislação Nacional voltada para Telecomunicações interligando com a dinâmica de inauguração da própria TV Globo. Essa relação intrínseca entre TV Globo e governo, principalmente o período do Governo Militar é o foco principal desse estudo.

Haja vista que a data de inauguração da TV Globo se deu no ano de 1965, no qual os militares já estavam no governo. Havia uma necessidade por parte do governo militar na divulgação de um modelo de sociedade moderna padrão e por parte da Globo meios para sua inauguração, tornando essa “associação” benéfica para ambas as partes.

No primeiro momento de estudo, foi feita uma caracterização do período de acordo com os acontecimentos políticos, tomando por base os Estudos de Dreifuss, sobre o dado período. A partir de então, como um segundo passo analisamos a legislação vigente no período sobre Telecomunicações com um enfoque especial para as de TV e principalmente que se direcionavam a TV Globo. Conseqüente, estabelecemos a história da própria TV Globo e a sua consolidação como Rede Globo. E por fim a análise das relações propriamente ditas.

Dessa forma, demonstrando como ambas instituições foram necessárias uma para a outra, sem peso maior para um lado ou o outro. Cabe lembrar, que este trabalho ainda se encontra em fase de conclusão.

Palavras-chave: Ditadura Militar, Telecomunicações e rede Globo.

Abstract

This study aims to analyze the relationship between the government and TV Globo during its early years and especially in its founding until the constitution as the largest TV station in Brazil (read 1962-1972).

The analysis of this relationship based on this study focused on the Telecommunications Legislation National interconnecting with the dynamics of the inauguration own TV Globo. This intrinsic relationship between TV Globo and government, especially the period of the Military Government is the main focus of this study.

Considering that the opening date of the Globo TV took place in 1965, in which the military were already in government. There was a need by the military government in the dissemination of a standard model of modern society and by the Globo media for his inauguration, making this "association" beneficial to both parties.

At first study was done to characterize the period according to political events, based on the studies Dreifuss, over the given period. Since then, as a second step we analyze the current legislation in the period on Telecommunications with a special focus on the TV and especially that direcionavam TV Globo. Therefore, we established the story's own TV Globo and Rede Globo as its consolidation. Finally the analysis of the relations themselves.

Thus, demonstrating how both institutions were necessary to one another, without more weight to one side or the other. It should be remembered that this work is still being completed.

Keywords: Military Dictatorship, Telecommunications and network Globo.

Lista de Imagens e Tabelas

Imagem 1 – Pesquisa Ibope sobre os programas assistidos em 1965 74

Tabela 1 – Investimentos do Governo nas agências de telecomunicações
entre 1962 e 1972 75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1.1 Apresentando o tema	10
1.2 Discutindo a base teórica	17
1. A INSTABILIDADE POLÍTICA QUE GEROU E CONSOLIDOU O GOLPE DE 1964	29
2. A LEGISLAÇÃO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES	50
2.1 A Legislação até 1964	50
2.2 A legislação entre 1964 e 1972	63
3. A CRIAÇÃO DA GLOBO	80
4. CONCLUSÃO	95
5. FONTES	99
6. REFERÊNCIAS	101
6.1 Bibliografia utilizada	101
6.2 Bibliografia levantada	103

Introdução

1. Apresentando o tema

A proposta da presente pesquisa será analisar as relações estabelecidas entre diferentes empresas para a constituição da TV Globo, posteriormente Rede Globo de Televisão, tendo como base a relação estabelecida entre as Organizações Globo, de propriedade de Roberto Marinho e o grupo empresarial norte-americano, Time Life¹, que auxiliou com investimento em capital, equipamentos e técnicos para que o projeto da TV Globo se tornasse realidade. Somando-se a essa relação aparentemente financeira e tecnológica, busca-se identificar possíveis alianças com o Governo Federal durante a Ditadura Militar.

A pesquisa será sobre o período compreendido entre 1962 e 1972, marcado por grandes momentos: 1962, ano em que Roberto Marinho assinou o contrato com a Time Life, no dia 24 de julho, e também ano em que foi criado o CONTEL (Conselho Nacional de Telecomunicação). Um importante evento foi a inauguração da TV Globo no dia 26 de abril de 1965. Outro marco foi a sua nacionalização decretada no ano de 1968. E, por fim, o ano de 1972, quando são regulamentadas as redes nacionais, junto com o Programa Nacional de Tele-educação (PRONTEL), ano em que a Rede Globo se consolida como a

¹ Time Life, empresa fundada em 1961 pela Time Incorporated, uma sociedade anônima de Delaware, com sede em Nova Iorque nos Estados Unidos, com o objetivo de desenvolver tecnologia, marketing, consultoria e assistência para empresas de telecomunicações. HEIZ, Daniel. *A História Secreta da Rede Globo*. Porto Alegre. Tchê Time!. 1987.

maior rede nacional de televisão. Esses marcos temporais foram escolhidos, pois são datas importantes para a constituição da TV Globo, tal como a conhecemos hoje.

A emissora inicia sua transmissão no ano de 1965 para o Rio de Janeiro e São Paulo. As transmissões não eram em cadeia nacional, dessa forma, cada Estado tinha sua própria programação. Sua inauguração aconteceu no Ditadura Militar (1964/1985).

Logo no ano seguinte, foi aberta uma CPI para averiguar a legitimidade do acordo entre as Organizações Globo e o Grupo Time Life. Essa denúncia partiu do deputado João Calmom, ligado a TV Tupi. Em 1967, o caso foi investigado e, no parecer do relator Djalma Marinho, consta que o acordo infringiria o artigo 160 da Constituição Republicana de 1946, que pontua:

“É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, assim como de radiodifusão, a sociedade anônimas por ações ao portador e a estrangeiros. Nem esses, nem pessoas Jurídicas, excetuados os Partidos Políticos nacionais, poderão ser acionistas de sociedades anônimas proprietárias dessas empresas. A brasileiros (Art. 129, nºs I e II) caberá, exclusivamente, a responsabilidade principal delas e a sua orientação intelectual e administrativa.”²

Porém, o então presidente Mal. Castelo Branco e o procurador-geral da república Alcino Salazar adiaram a decisão do acordo e fecharam o inquérito e alegando que as acusações eram infundadas. Nesse mesmo momento, estava sendo preparada a grande propaganda do governo militar e um jornal ufanista, o “Repórter Esso”, programa patrocinado pela empresa norte-americana de petróleo Esso. Inicialmente surgiu no rádio comandado por Gontijo Teodoro no Rio de Janeiro e depois transferido para a televisão com o compromisso de ser

² BECKER, Antonio. Constituições Brasileiras de 1824 a 1988. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004. p. 144. (Volume I).

“testemunha ocular da história” seguia os padrões de telejornalismo norte-americanos, depois foi adaptado aos padrões necessários do governo militar, que focava sua reportagem no Brasil “desconhecido”, valorizando as belezas naturais do Brasil até então pouco exploradas.

Apenas na segunda metade do ano de 1968, ainda sob pressão do senador João Calmon e do jornalista e deputado Carlos Lacerda, o presidente Mal. Costa e Silva revogou a decisão do ex-presidente Mal. Castelo Branco e considerou o acordo inconstitucional, obrigando a TV Globo a romper com o acordo com a Time Life, o que ocorreu no ano de 1969.

No final do ano de 1972, foi regulamentada a formação de redes de emissoras nacionais pelo PRONTEL (Programa Nacional de Teleducação). Essa regulamentação atendia aos anseios da TV Globo e de seus fundadores.

Mesmo durante a Ditadura Militar instaurado no Brasil, com forte censura a imprensa, após ter sido decretado o AI-5 (Ato Institucional nº 5) o mais duro e rigoroso dentre todos, e com a criação de inúmeros departamentos como SNI (Serviço Nacional de Informação) e leis de controle, o setor de telecomunicações foi um dos setores que mais receberam investimentos por parte dos governos militares preocupados com seu desenvolvimento tecnológico como com a sua regulamentação e controle institucional e burocrático, e, acompanhando, a Rede Globo crescia vertiginosamente, expandindo sua área de transmissão rapidamente. Em apenas sete anos desde sua inauguração se consolidou como a maior rede nacional de televisão.

Outro ponto da presente pesquisa será analisar a documentação referente a constituição da televisão como um veículo de comunicação de

massa por parte do governo brasileiro entre 1962 e 1972, e verificar o esforço do governo mesmo antes da consolidação da Ditadura, para consolidar a televisão como veículo de comunicação de massa, esforço este que ia de encontro aos interesses de Roberto Marinho.

Este trabalho se desenvolverá no campo da História Social a partir das relações de poder, entre o Estado, neste caso com um foco para nos anos 60 e início dos anos 70, dando ênfase aos governos militares do período, e um veículo de comunicação a Rede Globo de Televisão, sob uma perspectiva teórica gramsciana.

Ao repensar o papel da televisão na formação do imaginário nacional e como veículo de informação, que, poucos anos após seu surgimento no Brasil, tornou-se um dos maiores veículos de informação, pode-se destacar o seu papel fundamental nas relações entre governo e sociedade como um meio de comunicação de massa, a televisão deve ser considerada como um veículo-chave na divulgação de idéias e conceitos. Ao pensar na Rede Globo em particular, e no seu período de surgimento, a Ditadura Militar, nota-se que a sua trajetória está intrinsecamente ligada ao processo de modernização visando a consolidação de uma sociedade baseada no consumismo capitalista e também fomentando o desenvolvimento econômico do Brasil, baseado nos modelos da ESG (Escola Superior de Guerra) proposto pelos militares na Doutrina de Segurança Nacional.

A proposta de estudar o acordo estabelecido entre a Empresa Time Life e a Rede Globo para sua formação e posteriormente a entre a Globo e os governos militares, tem a finalidade de entender como se estabeleceu essa empresa com esses incentivos financeiros da empresa norte americana e como

se deu essa possível aliança entre a Globo e o governo de situação que se iniciou no governo militar e perdura até os dias atuais. Essa relação estabelecida se reflete diretamente na vida política atual, a partir do momento que a Rede Globo é a maior emissora de TV do Brasil, possui o primeiro lugar no IBOPE praticamente em todos os horários da sua programação, grosso modo, ela dita e ditou o padrão de “sociedade ideal” baseado no ideologia do consumo vigentes no mundo, para Sonia Wanderley:

“Inegavelmente a televisão sobressai como canal eficaz de fazer chegar as massas o modelo de sociedade e cidadão que as forças presentes no golpe militar de 1964 desejavam ver consolidado. Modelo baseado na modernização autoritária associado aos interesses do capitalismo internacional, construindo a partir de uma visão de integração nacional puramente geopolítica e tendo no consumo sua base de sustentação”.³

Os valores de uma sociedade são passados e reforçados principalmente através dos meios de comunicação, visto que estes atingem a diferentes camadas da sociedade, e em especial a televisão, entendendo-o como veículo de comunicação de massa, a partir de uma ótica gramsciana. Em seu primeiro momento foi de grande valia para os militares, quando imaginaram um padrão de sociedade moderna⁴ a ser seguido baseado na Doutrina de Segurança Nacional, vendo nos meios de comunicação principalmente na televisão (haja vista o papel desempenhado pela Globo) para divulgar esse modelo, através de sua propaganda e programação. Daí a importância de estudar os meios que os militares durante o seu governo investiram pesadamente em compra de

³ WANDERLEY, Sônia. A construção do Silêncio – A Rede Globo nos Projetos de Controle Social e Cidadania (décadas de 70/80). Dissertação de Mestrado. UFF, 1995. P. 2

⁴ WANDERLEY, Sônia. A construção do Silêncio – A Rede Globo nos Projetos de Controle Social e Cidadania (décadas de 70/80). Dissertação de Mestrado. UFF, 1995. P. 4.

equipamentos e satélites para aumentar a tecnologia do setor, e a preocupação dos mesmos, na sua regulamentação e controle a partir da criação das agências do governo. Entendo que o este desenvolvimento tecnológico do setor, pode ser considerado, também um dos projetos de integração nacional propostos pelo governo, já que a ideia era fazer com que a televisão chegasse a mais estados e cidades do Brasil.

O período ditatorial (1964/85) foi objeto de muitos e importantes estudos acadêmicos, nas áreas da História Política, Sociologia, História da Imprensa entre outros. Grande parte tem como objeto a questão da censura e da repressão, a chamada “linha dura” do governo. Porém, a maioria dos trabalhos utiliza como fonte e objeto a imprensa escrita (jornal e revistas), em que a censura era mais aparente. Outra vertente se destaca na análise da censura nas artes, na música e literatura, e como esses artistas reagiram às ações dos militares, do desenvolvimento da televisão ainda foi pouco analisados pelos pesquisadores justificando a validade deste trabalho.

A relevância desse trabalho se dá pela proposta de estudar uma aliança entre a Ditadura Militar e as Organizações Globo sendo uma análise de cunho político, que tentará compreender os frutos dessa relação e como um serviu ao outro desde o surgimento da TV Globo, em 1965, até sua consagração como maior emissora de televisão do Brasil.

O acordo com o Grupo Time Life proporcionou um grande investimento em equipamentos e profissionais da área, que fizeram da TV Globo um diferencial perante as outras emissoras de televisão. Isto torna tal acordo objeto de estudo, assim como as pessoas participantes desse processo, que construíram a Rede Globo enquanto Instituição. Tentando então dar conta do

aparato burocrático do desenvolvimento da televisão a partir do Estado, e a constituição e consolidação da Rede Globo como um forte veículo de comunicação, bem como a importância do seu papel político, como agente ativo no processo político, na formação do imaginário nacional⁵.

O objeto de pesquisa em primeiro plano é a análise da legislação elaborada para as telecomunicações, em especial o período que compreende a Ditadura Militar (1964/1985) entre os anos de 1962 e 1972, averiguando as políticas nacionais para o desenvolvimento e controle do setor fazendo parte de sua política integração nacional e tendo como corte espacial o Brasil como um todo, visto que a televisão é um veículo de comunicação que abrange todo o território nacional, com foco para o Rio de Janeiro sede da Rede Globo de televisão, e Brasília, sede do governo federal, de onde emanavam as leis que regulamentariam todo o Brasil. Destacando a importância para a constituição e a consolidação da Rede Globo de Televisão, que ao assinar um acordo tecnológico e econômico com o grupo norte-americano Time Life, o que proporcionou a esta um tecnologia mais avançada que as demais, conseguindo em sete anos se tornar a emissora de televisão mais assistida do Brasil.

E seu objetivo principal analisar a consolidação da televisão no cenário nacional como veículo de comunicação de massa, e como estudo de caso a Rede Globo e sua transformação em rede nacional de transmissão, durante seus anos iniciais até sua consolidação como maior emissora de televisão, entre 1962, ano de suas primeiras concessões e, 1972, ano em que se torna a primeira rede de transmissão nacional de televisão.

⁵ Para ver conceito de imaginário nacional, ir em FICO, Carlos *Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro. FGV, 1997

2. Discutindo a base teórica

A Ditadura Militar é um tema atualmente muito abordado nos estudos acadêmicos de diferentes áreas, não só por historiadores como também por outras cadeiras como jornalismo, ciências sociais e políticas, entre outras, visando entender esse período. O estudo sobre esse período se deu em larga escala a partir da década de 1980, posteriormente a abertura política em 1985.

Como referência para o golpe civil-militar de 1964 temos dentre outros, a obra de René Dreifuss. É também a partir desse autor que entendemos que, embora denominando “Ditadura Militar”, o poder não foi exercido apenas pelos militares. Embora coubesse a cúpula das forças armadas a última palavra, parte significativa da burguesia (capital nacional e multinacional) e das lideranças políticas conservadoras participaram dos governos e das instâncias decisórias do poder, tanto na articulação do golpe, quanto durante o governo.⁶

A questão da televisão nesse momento, ainda é um dos temas menos explorados, e a partir do levantamento de algumas fontes chegamos a ideia desse trabalho. Visto que a maioria dos trabalhos tem seu foco na repressão e censura, como na produção musical e jornalística, a televisão vem sendo pouco abordada.

Alguns autores podem nos ajudar aqui a pensar esse trabalho: o primeiro o livro de Daniel Heiz “A história secreta da Rede Globo” foi publicado na década de 1980, foi um dos trabalhos percussores do tema, em que o autor, a partir de uma análise da programação e documentação da própria emissora,

⁶ DREIFUSS, René A. 1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981. Dreifuss define o período ditatorial como uma ditadura civil-militar-empresarial, deixando bastante evidenciado o seu caráter de classe, no que estamos de acordo.

relata os bastidores da mesma desde sua criação e consolidação, compreendendo os meandros pelos quais a Globo se lançou no ar, e analisando seu desenvolvimento tecnológico e pessoal, tendo como foco deste trabalho a crítica ao acordo que a emissora fez com o grupo empresarial Time Life, no ano de 1962, avaliando este acordo como o diferencial da Rede Globo em relação as demais emissoras.

Posterior a esse trabalho, a historiadora Sônia Wanderley, autora da dissertação de mestrado: “A construção do silêncio: a Rede Globo nos projetos de controle social e cidadania (décadas 1970/1980)” que também possui como objeto a própria Rede Globo, nesse trabalho a autora, analisa a própria programação da emissora e os usos feitos pelo governo da mesma para difundir os seus ideais de sociedade moderna e seu padrão de comportamento, mesmo possuindo um corte temporal diferente do apresentado neste trabalho, utilizasse como referencial para compreender a consolidação da emissora, como a maior na década de 70 e o papel desempenhado pela mesma. A autora entende que a criação da “Central Globo de Produção” e do “Padrão Globo de Qualidade” como mecanismo de controle da programação e da imagem na televisão perante ao telespectador.

Ainda falando em mídia, podemos citar o trabalho de Carlos Fico “Reinventando o Otimismo” que foi sua tese de doutorado. Esse trabalho destaca os usos do governo militar da propaganda política, por meio da AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas) e de seus órgãos de informação através da mídia como um todo e principalmente da televisão, destacando a influência desse tipo de uso da mídia na sociedade de modo geral, conceituando o que ele chama de “construção do imaginário nacional”,

considerando que propaganda política nesse momento significava muito mais do que uma “máquina de controle ideológico” seria como um modo de divulgar o governo e mais além conforme aponta Carlos Fico⁷, de propagar a “realidade” que os militares pretendiam instaurar, fornecendo uma visão idealizada que o governo tinha de si mesmo, contribuindo para a legitimação da ditadura e da consolidação dos valores da sociedade de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional.

Outro trabalho, porém não monográfico, usado como fonte, que trata da história da Rede Globo, é o documentário “Muito além do Cidadão Kane”, produzido por Simon Hartog da emissora britânica de televisão BBC, no ano de 1993, proibido no Brasil desde sua estréia por uma ação judicial movida pela Rede Globo. Esse documentário relata a história pouco revelada da criação da Globo que conhecemos como maior emissora de televisão do Brasil, reunindo depoimentos de pessoas diretamente e indiretamente envolvidas no processo, e analisando a programação da emissora ao longo de sua história desde do ano de 1965, até o ano de produção desse documentário.

O autor Luiz Eduardo Borgeth, oferece um contraponto a Daniel Heiz, em seu trabalho “Quem e como fizemos a TV Globo?” narra a criação e o surgimento da TV Globo, apontando um outro viés para essa análise, segundo ele, a criação da emissora não possuía relação direta com os interesses militares e nem mesmo houve de fato um uso direto por meio do governo da programação. Aponta ainda, que o acordo com a Time Life, não possuiu nada de ilegal, sendo apenas um empréstimo do grupo norte-americano às

⁷ FICO, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FVG, 1997.

organizações globo. Dessa forma, não houve favorecimento nas medidas do governo em relação à TV Globo.

Conceitualmente, trabalharemos com o conceito de consenso, hegemonia e Estado Integral, dentro da corrente gramsciana. O Estado, um dos principais conceitos de ciência política em Gramsci, pode ser entendido em seu sentido orgânico e mais amplo, como o conjunto formado pela sociedade política e civil, o que ele chama de Estado Integral, podendo ser concebido como uma forma concreta de um determinado mundo econômico de um determinado sistema de produção. Sendo assim ancorado na hegemonia que pode ser entendida como consenso e coerção. O convencimento e o consenso estão na formação do Estado em Gramsci⁸. O econômico tem papel fundamental na transformação e formação da sociedade, mas as mudanças sociais e econômicas não são determinantes uma sobre a outra e podem não ser simultâneas.

Entende-se, dessa forma, hegemonia como uma via civilizatória conforme na própria dominação da classe, entendendo que hegemonia é diferente de ideologia. A ideologia pode ser entendida apenas como consenso. Já hegemonia é o consenso e coerção que esta na base da formação do Estado Integral, como no caso das Ditaduras, que associam a repressão com a formação ideológica.

Usando também os conceitos de sociedade civil e sociedade política de Gramsci, para tentar entender a preocupação dos governos militares com o papel da televisão na construção ideológica do país. A sociedade civil pode ser entendida como o conjunto de organismos vulgarmente chamados de privados,

⁸ BIANCHI, Álvaro. Estado / Sociedade Civil. In: O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e partido. São Paulo: Alameda, 2008, p. 173-198.

aparecendo como o lócus da atividade econômica propriamente dita, o terreno dos interesses materiais imediatos, o que chamamos de mundo dos negócios. Ou seja, organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo as escolas, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, os meios de comunicação etc. No âmbito e por meio da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia (buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso). Os seus portadores materiais são os aparelhos privados de hegemonia entendidos como o conjunto de organismos privados responsáveis pela articulação do consenso e o lócus da atividade econômica, mantendo assim uma distinção da sociedade política⁹. Já a sociedade política pode ser entendida como o próprio Estado, o conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos coercitivos ou repressivos de Estado, controlados pelas burocracias. Por meio da sociedade política, as classes exercem sempre uma ditadura, uma dominação mediante coerção.

Como aparato conceitual referente ao período anterior ao Golpe de 1964, tomamos como referência, a ideia do golpe como o colapso do populismo, de Otávio Ianni, ou seja, esse modelo de administração política entra em crise, que vem a ser um dos fatores principais para que o golpe do dia 01 de abril de 1964 aconteça¹⁰. Porém classificar esse período entre ditaduras (Vargas e Civil-militar) como populista é não olhar com atenção para o conceito, que tenta explicar um outro momento político específico e sob uma

⁹ BIANCHI, Álvaro. Estado / Sociedade Civil. In: O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e partido. São Paulo: Alameda, 2008, p. 173-198.

¹⁰ IANNI, Otávio - O Colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1968. WEFFORT, Francisco – O populismo na Política Brasileira. 4a. ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. janeiro, Revan, 1991.

ótica diferente de observação. Podemos dizer que nesse momento o Brasil viveu um momento de experiência democrática. Entretanto, esses governos entre períodos ditatoriais estavam em crise mesmo antes de João Goulart assumir a presidência, visto que o principal pano de fundo do golpe, a ameaça comunista, já assombrava os governos liberais desde o final da Segunda Guerra.

Essa ameaça não era sentida apenas pelos políticos e militares, mas também por setores da burguesia. E de fato, houve um envolvimento direto da classe dominante. Assim como aponta Dreifuss¹¹, onde ele afirma que forças sociais e principalmente empresariais orquestraram o golpe juntamente com os militares. Dentre essas frentes ele cita o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais - IPES, e Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD, que tiveram grande influência, sendo apontados como aparelhos privados de hegemonia. Configurando o golpe não apenas como uma conspiração militar, mas também fruto de uma campanha ideológica desses institutos. Essa classe dominante, chamada por Dreifuss como elite orgânica, vai desempenhar um papel fundamental na constituição da ditadura, e na consolidação da Doutrina de Segurança Nacional.

Este trabalho visa analisar os processos políticos para o surgimento da TV Globo (se tornando a principal emissora e rede de televisão do país). Dessa forma, seu marco inicial se dá no ano de 1962, quando a Rádio Globo de propriedade de Roberto Marinho, consegue suas primeiras concessões para estações de TV, em Salvador e Brasília. Essas duas concessões caducaram antes mesmo de entrar no ar. Porém, a escolha do ano de 1962 possui outro

¹¹ DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981.

fator fundamental para essa pesquisa, o acordo assinado entre Roberto Marinho e a empresa norte-americana Time Life, para financiar a criação da TV Globo, sendo este financiamento não só de capital financeiro como também de equipamentos e pessoal técnico. A inauguração da TV Globo acontece apenas em 1965, no dia 26 de abril, com a concessão obtida no ano anterior. O ponto chave a ser estudado nesse acordo é que o mesmo ia contra o artigo 160 da Constituição, que não permitia esse tipo de associação de capital e técnicos estrangeiros nos cargos de diretoria nas emissoras brasileiras, e mesmo com esse atenuante a Globo conseguiu inaugurar sua emissora de TV e apenas nacionalizando-se em 1969.

O marco final estabelecido para essa análise será o ano de 1972, pois foi nesse ano que a TV Globo se tornou a maior emissora de TV do Brasil, e também pela regulamentação do Governo Federal do estabelecimento das redes nacionais de televisão, sendo a primeira delas a Rede Globo.

O espaço pertinente será, no plano geral, o Brasil e com ênfase no Rio de Janeiro, sede da Rede Globo e o Distrito Federal – Brasília, sede do Governo Federal, e palco das discussões políticas. A escolha do Brasil como um todo se justifica pelo fato de considerar a televisão como um dos veículos mais eficazes de informação e unificação nacional, pois desde seu surgimento alcançou ano a ano mais público, abrangendo diversas camadas da sociedade, e conseguindo alcançar praticamente todo país. Outro fator importante para o espaço abranger o Brasil inteiro é considerar as medidas governamentais que implicavam diretamente nos meios de comunicação, e a sua estreita relação com a TV Globo desde seus primórdios, e como tais medidas afetaram diretamente a vida política do país.

A questão que nos fez indagar sobre o tema é a estreita relação entre a TV/Rede Globo e o Estado, desde a ditadura militar e seus governos que se estendem para além do ano de 1985, atravessando o período democrático chegando aos dias atuais.

O foco da questão é analisar como se deu o processo político para a constituição da TV Globo, como maior emissora de TV do Brasil em apenas sete anos de existência, superando todas as demais que já possuíam quase duas décadas. Tentando identificar quais foram os agentes envolvidos, quais benefícios receberam, quais leis foram direcionadas para o setor compreendendo, assim, a influência da mídia na política nacional.

A propaganda política nesse momento significava muito mais do que uma “máquina de controle ideológico” seria como um modo de divulgar o governo e mais além conforme aponta Carlos Fico¹², de propagar a “realidade” que a ditadura pretendia instaurar, fornecendo uma visão idealizada que o governo tinha de si mesmo.

O Governo Militar, ao mesmo tempo em que aumentava a censura sobre os veículos de comunicação, aumentava também os incentivos econômicos e legislativos para a ampliação desses mesmos meios. Vide o número de decretos leis que foram promulgados no período e principalmente dos que liberavam recursos financeiros para as agências nacionais de telecomunicações leia-se EMBRATEL (Empresa Brasileira de

¹² FICO, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FVG, 1997.

Telecomunicações), CONTEL (Conselho Nacional de Telecomunicações), entre outros¹³.

A televisão como veículo de comunicação de massa, teve como principal financiador do desenvolvimento da tecnologia a própria Ditadura Militar (1964-1985), vendo a importância desse instrumento para a divulgação do seu modelo de sociedade baseado na Doutrina de Segurança Nacional, e ao mesmo tempo uma possível legitimação da ditadura. Dessa forma fazendo investimentos financeiros no setor, bem como cuidando de sua regulamentação como parte integrante da telecomunicação brasileira, servindo ao propósito da integração nacional, com a criação das redes nacionais de transmissão.

Partindo dessa afirmação, a Rede Globo, acaba por se beneficiar dessa preocupação dos militares, tornando-se a rede de televisão que mais se desenvolveu no período. Daí relação entre os governos militares e a TV Globo se deve a uma possível aliança entre ambos, gerando, em alguns aspectos, uma simbiose entre os seus interesses, facilitando assim o diálogo e o uso de cada uma em benefício próprio, visto que a TV Globo precisava de algumas facilidades políticas e administrativas para estreitar sua programação (devido ao acordo considerado inconstitucional com a Time Life) e o Governo Militar vislumbrava a utilização de um veículo de informação de massa para difundir o seu ideal de sociedade moderna e auxiliar na manutenção de sua legitimidade através de propagandas positivas, fazendo parte de seu projeto político de integração nacional, visto que a televisão proporcionava a idéia de uma

¹³ A exemplo: ver Lei nº 4.773, de 15 de setembro de 1965;
Decreto nº 57.004, de 11 de outubro de 1965;
Lei Nº 4.666, de 8 de junho de 1965;
Lei nº 5.069, de 6 de julho de 1966.

simultaneidade da informação em diferentes pontos do Brasil, a partir da constituição nas redes nacionais de transmissão.

Esse quadro pode se configurar como uma possível defesa de interesses comuns ou complementares por parte das duas instituições, onde ambas se beneficiaram nesse processo. Sendo esta uma relação de reciprocidade, onde não havia apenas um único beneficiado, sendo ambos com suas necessidades imediatas atendidas. Isto não exclui a existência de momentos de conflitos de interesses e contradições, entre ambas instituições.

Esse trabalho será realizado a partir da análise do conjunto de leis direcionada para as telecomunicações, principalmente as que contenham sua redação com o foco em televisão, aprovadas pelo Federal durante o período de corte estabelecido entre 1962 e 1972. Afim de, marcar as características desse tipo de legislação e as formas de governar para esse setor, buscando estabelecer como se deu principalmente a consolidação da televisão no Brasil como um veículo de comunicação de massa, na década de 60 e 70.

Outra fonte primária de análise são os relatórios e o parecer final das Comissões Parlamentares de Inquérito, realizadas a partir de uma denúncia feita pelo senador João Calmon, do acordo das Organizações Globo e a empresa norte-americana Time Life, entre os anos de 1966 e 1968, quando a TV Globo é obrigada a se nacionalizar.

Nesse trabalho usaremos alguns trabalhos já realizados em relação ao mesmo tema, para se estabelecer um diálogo entre as fontes, para que se compreenda melhor o assunto. As fontes que serão utilizadas como base para o início dessa pesquisa será a dissertação de mestrado da historiadora Sônia Wanderley, realizada na UFF no ano de 1995 com o título “A construção o do

silêncio – A Rede Globo nos projetos de controle social e cidadania (décadas de 70/80)”. E o livro de Daniel Heiz, “A história secreta da Rede Globo” de 1987.

Uma outra fonte secundária que será utilizada como base desse trabalho será o documentário “Além do cidadão Kane” da BB.

A partir do levantamento dessas fontes, o presente trabalho fará o cruzamento das informações afim de, perceber as nuances presentes nos textos. Fazendo as correlações e entre as fontes e seus autores. Para dessa forma, constatar ou não há existência de uma aliança entre ambos os interessados. (Globo e Governo). Visando encontrar, a resposta para as hipóteses levantadas nesse projeto: se houve favorecimento por parte da Rede Globo; se tanto o Governo Federal e a Rede Globo saíram favorecidos; e por fim quais foram os agentes participantes nesse processo.

Com isso entender a parte institucional da televisão, entendendo toda a burocracia governamental para o lançamento de uma emissora, bem como constatar o interesse do governo em desenvolver o setor.

Como fonte de pesquisa será utilizado o conjunto de leis direcionadas para as telecomunicações, aprovadas pelo Governo Federal entre 1962 e 1972, a fim de marcar as características desse tipo de legislação e as formas de governar para esse setor.

Outras fontes primárias a serem analisadas são os relatórios da CPI realizada a partir de uma denúncia feita pelo senador João Calmon sobre o acordo das Organizações Globo e a empresa norte-americana Time Life entre os anos de 1966 e 1968, quando a TV Globo foi obrigada a se nacionalizar, e os discursos dos parlamentares envolvidos nessa CPI, esses documentos

encontram-se disponíveis nos Diários do Congresso Nacional, publicados pelo Senado¹⁴.

¹⁴ DCN PUB 24/08/1966 002813 – Diário do Congresso Nacional. Seção 1
DCN PUB 30/03/1966 001385 – Diário do Congresso Nacional. Seção 1.
DCN PUB 02/06/1967 002813 – Diário do Congresso Nacional. Seção 1.

Capítulo I

A instabilidade política que gerou e consolidou o Golpe de 1964

O presente capítulo não pretende esgotar a análise da crise da década de 60 que culminaram no golpe de 64, como também na Ditadura Militar, tendo apenas o objetivo de situar o leitor no contexto histórico do objeto central, a partir de uma leitura atual do governo nos anos 60 e 70. Também não é objetivo desse capítulo fazer uma revisão historiográfica sobre o tema, pois o objeto principal de análise é outro, as telecomunicações.

Em relação ao período anterior ao Golpe de 1964, tomamos como referência, a ideia do golpe como o colapso do populismo, de Otávio Ianni, ou seja, esse modelo de administração política entra em crise, que vem a ser um dos fatores principais para que o golpe do dia 01 de abril de 1964 aconteça¹⁵. Porém classificar esse período entre ditaduras (Vargas e civil-militar) como populista é não olhar com atenção para o conceito, que tenta explicar outro momento político específico e sob uma ótica diferente de observação. Podemos dizer que nesse momento o Brasil viveu um momento de experiência democrática. Entretanto, esses governos entre períodos ditatoriais estavam em crise mesmo antes de João Goulart assumir a presidência, visto que o principal pano de fundo do golpe, a ameaça comunista, já assombrava os governos liberais desde o final da Segunda Guerra.

¹⁵ IANNI, Otávio - O Colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1968. WEFFORT, Francisco – O populismo na Política Brasileira. 4a. ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. janeiro, Revan, 1991.

A instabilidade política do Brasil no contexto após a Segunda Guerra Mundial é bastante anterior ao golpe de 1964, podemos entendê-la desde o segundo governo de Getúlio Vargas, ou mais desde a criação da ESG (Escola Superior de Guerra) em 1949. Fazendo parte de um plano maior, a ESG, foi criada com tudo durante o período da então chamada “Política da Boa Vizinhaça” do presidente norte-americano Henry Truman, a qual previa um bom relacionamento, de reciprocidade com os países latino-americanos. Inspirada na War College dos EUA, tendo como uma de suas premissas o combate ao comunismo no Brasil, visava preparar o exército brasileiro, ou pelo menos a inteligência militar, para impedir os avanços comunistas, e qualquer ameaça ao capitalismo no continente. Nesse sentido, o golpe orquestrado pelos setores militares e empresariais já estava sendo concebido, baseado na Doutrina de Segurança Nacional, que, segundo Skidmore:

“Da doutrina ali ensinada constava a teoria da "guerra interna" introduzida pelos militares no Brasil por influência da Revolução Cubana. Segundo essa teoria, a principal ameaça vinha não da invasão externa, mas dos sindicatos trabalhistas de esquerda, dos intelectuais, das organizações de trabalhadores rurais, do clero e dos estudantes professores universitários. Todas essas categorias representavam séria ameaça para o país e por isso teriam que ser todas elas neutralizadas ou extirpadas através de ações decisivas”.¹⁶

Durante o segundo governo de Getúlio Vargas, essa desconfiança com relação à democracia brasileira e ainda mais aos seus governantes, tornou-se explícita na oposição sofrida pelo então presidente, ao criar a empresa estatal brasileira de petróleo, a Petrobrás, e ao tentar resolver a questão da inflação com o aumento salarial dos trabalhadores em 100% (mas que apenas recompunha as perdas decorrentes da inflação no período), sob sugestão do

¹⁶ Skidmore, Thomas E. Brasil: de Castelo e Tancredo, 1964-1985 / Thomas E. Skidmore; tradução Mario Salviano Silva. - Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988. p. 22.

seu ministro do trabalho João Goulart. Acusado por parte da oposição de comunista, além de inúmeras denúncias de corrupção, favorecimento e da tentativa de assassinato do seu maior opositor, Carlos Lacerda e da morte do Major Rubens Vaz, ameaçado pelo golpe, Vargas acabou por sair do cenário político suicidando-se. E o seu funeral transformou-se na maior manifestação política do país e impediu o golpe em curso. O vice presidente, Café Filho, assumiu em breve e conturbado período. O seu sucessor eleito, Juscelino Kubitschek, teve a posse ameaçada por um novo golpe. Que por sua vez, resultou na intervenção militar do General Lott – o “golpe preventivo” - em defesa das regras constitucionais.

Após o governo de Vargas, a instabilidade política, deu espaço ao nacional-desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, que atendia prontamente aos interesses do capital estrangeiro. Havia nesse momento um paradoxo, de crise e prosperidade. Pois enquanto JK governou praticamente sem resistência dos militares e seus aliados, havia uma pressão internacional fortíssima contra o comunismo e os partidos de esquerda. Com isso o quadro nacional era de insegurança e inquietude, o Brasil vivia o nacional-desenvolvimentismo, onde ao mesmo tempo trouxe para o país um vertiginoso desenvolvimento industrial de bens duráveis, baseado em uma política atrativa de isenção fiscal e salários baixos, acarretando numa severa crise econômica devido aos altos índices de inflação e uma progressão da dívida externa e o baixo poder de consumo da população. Seguido dos governos de Jânio Quadros e João Goulart, que serão decisivos para a implantação da Ditadura no país.

O ano de 1964 foi um ano de virada na história política do Brasil. Houve um golpe civil-militar que instaurou a ditadura no país, momento político esse que durou por 21 anos. Foram inúmeras justificativas para esse acontecimento, porém o mais forte motivo alegado pelos golpistas foi a eminente ameaça comunista. Argumento esse muito reforçado pelos Estados Unidos em sua política imperialista para a América Latina, sobretudo após a Revolução em Cuba.

Tomamos como referência para o golpe civil-militar de 1964, a obra de René Dreifuss, e entendemos que, embora denominando “Ditadura Militar”, o poder não foi exercido apenas pelos militares. Embora coubesse a cúpula das forças armadas a última palavra, parte significativa da burguesia (capital nacional e multinacional) e das lideranças políticas conservadoras participaram dos governos e das instâncias decisórias do poder, tanto na articulação do golpe, quanto durante o governo. Entendo o golpe como uma operação política de uma parte da sociedade – que incluía civis e militares – contra outra – que, igualmente, envolvia civis e militares (LEMOS: 2012, p. 2). Dessa forma a elite orgânica teve papel fundamental na construção do golpe, como na consolidação do regime.

Dessa maneira, políticos considerados mais “esquerdistas” como o caso de João Goulart eram visto com muita desconfiança pelos setores militares e de Segurança Nacional., configurando uma “ameaça” para o capitalismo vigente.

Ao pensar os antecedentes do Golpe de 1964, podemos dizer que “justifica” o golpe orquestrado em 1964, segundo o discurso corrente no período usado pelos golpistas durante todo o processo que chamaram de

Revolução, que para nós hoje é visto como Ditadura, e golpe civil-militar para todas as medidas que tomaram enquanto estavam a frente do governo. Pois os mesmos “revolucionários” diziam defender o Brasil do comunismo de João Goulart e seus partidários, sendo alvo de inúmeros movimentos contrários e da propagação de uma ideologia que negava seu governo, como foi o caso das medidas dos órgãos públicos e das organizações elitistas, de cunho anti-populista, rótulo atribuído a esses governos pré-64 por esse bloco.

Essa ameaça não era sentida apenas pelos políticos e militares, mas também por setores da burguesia. E de fato, houve um envolvimento direto da classe dominante. Assim como aponta Dreifuss¹⁷, onde ele afirma que forças sociais e principalmente empresariais orquestraram o golpe juntamente com os militares. Dentre essas frentes ele cita o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais - IPES, e Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD, que tiveram grande influência, sendo apontados como aparelhos privados de hegemonia¹⁸.

Dessa forma, hegemonia, como uma via civilizatória conforme na própria dominação da classe. Configurando o golpe não apenas como uma conspiração militar, mas também fruto de uma campanha ideológica desses institutos, concretizando um golpe civil-militar-empresarial.

O Estado dessa forma, pode ser entendido em seu sentido orgânico e mais amplo, como o conjunto formado pela sociedade política e civil, o que Gramsci chama de Estado Integral, podendo ser concebido como uma forma concreta de um determinado mundo econômico de um determinado sistema de

¹⁷ DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981.

¹⁸Entendendo que para Gramsci, hegemonia é diferente de ideologia. A ideologia pode ser entendida apenas como consenso. Já hegemonia é o consenso e coerção que está na base da formação do Estado Integral, como no caso das Ditaduras, que associam a repressão com a formação ideológica (BIANCHI, 2008 p. 173-198)

produção. Sendo assim ancorado na hegemonia que pode ser entendida como consenso e coerção. O convencimento e o consenso estão na formação do Estado em Gramsci¹⁹. O econômico tem papel fundamental na transformação e formação da sociedade, mas as mudanças sociais e econômicas não são determinantes uma sobre a outra e podem não ser simultâneas.

A Doutrina de Segurança Nacional, aparece como uma via civilizatória própria dominação da classe, entendendo-a como aparelho hegemônico, sendo o consenso e coerção que esta na base da formação do Estado Integral, leia-se na base da Ditadura Militar Brasileira.

Cabe destacar que muitos autores, caracterizam o golpe também como o colapso do populismo, ou seja, esse modelo de administração política entra em crise, que vem a ser um dos fatores principais para que o golpe do dia 01 de abril de 1964 aconteça²⁰. Entretanto, esses governos entre períodos ditatoriais estavam em crise mesmo antes de João Goulart assumir a presidência, visto que o principal pano de fundo do golpe, a ameaça comunista, já assombrava os governos liberais desde o final da Segunda Guerra.

Esse momento pós Segunda Guerra, chamado de Guerra Fria criou uma atmosfera propícia internacionalmente para mudanças de regimes, a partir dos interesses geopolíticos das superpotências nos países ou regiões sob a sua influência.

No caso do Brasil, todos os governantes foram vistos com desconfiança pelos setores de militares, tendo como referência a DSN (Doutrina de Segurança Nacional). Porém Dutra e JK atendiam as necessidades de um

¹⁹ BIANCHI, Álvaro. Estado / Sociedade Civil. In: O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e partido. São Paulo: Alameda, 2008, p. 173-198.

²⁰ IANNI, Otávio - O Colapso do Populismo no Brasil. WEFFORT, Francisco – O populismo na Política Brasileira.

capitalismo crescente, e mesmo tendo uma política que não agradasse conseguiram governar durante todo o seu mandato. Diferentemente de Jânio Quadros e João Goulart que era vice-presidente de Jânio e apenas assume a presidência a partir do momento em que Jânio ainda presidente tenta um “auto-golpe” após as manifestações públicas contrárias a seu governo e modo de governar, que incluía além de proibições como o uso de biquíni nos concursos de miss até culminarem na condecoração de Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul não consegue a adesão pretendida, e alcançar seus objetivos como plenos poderes no governo os militares fecham o congresso e entregam o governo para João Goulart, sob forma parlamentarista, ou seja, ele assume o poder, porém quem governa de fato é o Parlamento.

É deflagrada a crise do sistema democrático no Brasil. As medidas políticas de Jango (como era chamado) não foram bem vistas por setores militares assim como suas nomeações a cargos políticos, nem mesmo aos cargos ligados as forças armadas. Tais medidas não agradavam a setores militares e muito menos as forças capitalistas liberais estrangeiras, principalmente os EUA, e o Brasil, sob o governo de João Goulart, não era visto como um país confiável para investimentos.

Forças da sociedade e da elite econômica junto com personagens militares orquestraram um golpe contra Jango, e este por sua vez não soube reagir de maneira a proteger-se do mesmo. Antes de assumir a presidência, alguns militares tentaram impedir sua posse que apenas ocorreu um tempo depois, assim que desembarcasse no Brasil, após sua visita aos EUA, tentando acenar sua proximidade com o bloco Capitalista. Leonel Brizola, apoiando João Goulart, na ocasião seu cunhado, promoveu junto a outros políticos a

Campanha da Legalidade, defendendo o cumprimento da Constituição, impedindo que o golpe se desse nesse momento, mas ainda sob estratégia de limitar os poderes de Jango, o Congresso, representado pela figura de Ranieri Mazzilli, transformaram o presidencialismo do Brasil em parlamentarista. Manobra que impediria João Goulart de qualquer ação política, sem concessão do parlamento. Mesmo durante o período parlamentarista, Jango, elaborou um projeto de desenvolvimento do Brasil que passaria, combate a alta da inflação e a dívida externa, porém este plano não passou pelo Congresso Nacional, que via seu governo como uma ameaça a soberania do país.

Em meados do seu mandato mais curto (em virtude de que os primeiros meses foram governados por Jânio), houve um plebiscito para decidir se o país voltava ao modelo presidencialista, o que veio a acontecer em janeiro de 1963. Porém, sua situação se complica ainda mais quando discursa no Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, anunciando uma série de reformas como nacionalização da refinaria de petróleo, reforma agrária, desapropriação de terra, afim de, conseguir um maior apoio popular para o seu governo que eram conhecidas como reformas de base, constituindo uma das grades polêmicas de seu governo, sendo a luta antiimperialista, tentando adotar uma postura imparcial em relação aos conflitos ideológicos inerentes a Guerra Fria. Ainda nesse ínterim, a crise econômica do país persistia, a inflação que estava por volta dos 50% em 1962, aumentava para 140% em 1964²¹. Nesse sentido além das reformas de base, tentou estabelecer limites a remessa de lucros ao exterior. O que não surtiu o efeito esperando, pois como resposta foi organizada a Marcha da Família com Deus em São Paulo com apoio, da Igreja

²¹ GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 48

Católica, da burguesia, da classe média, e governadores Magalhães Pinto, Ademar de Barros e Carlos Lacerda. Selando o descontentamento da classe média e da elite com o governo de Jango, essa marcha era favorável a deposição do presidente.

A elite econômica do país, como citado, representada pelo IPES e IBAD, iniciou uma campanha contra o que chamavam de “bolchevização” do país, tendo como lema, a segurança interna e a construção “racional” do desenvolvimento. Ou como afirma Dreifuss, objetivavam conter as forças populares e desagregar o bloco histórico populista e levar os interesses multinacionais e associados ao governo político²². Somando setores industriais urbanos, pequenos e grandes empresários de capital associado, e ainda os setores latifundiários, tornando-se o partido da burguesia, essa campanha tinha sua argumentação fundamentada em:

“a) que os obstáculos ao capital internacional significavam uma brecha para as restrições mais amplas a qualquer capital; b) que as manifestações populares desorganizavam a produção e, no limite, subvertiam a ordem e até mesmo a hierarquia militar”²³.

Os anos precedentes ao golpe foram marcados por ampla participação popular nas questões políticas, principalmente no que se referia à política salarial e inflacionária do país, pelo trabalhador urbano, e marcado pelo surgimento do movimento do trabalhador rural, com a fundação das Ligas Camponesas no nordeste e a organização de outros grupos de diversas regiões, que sobretudo, reivindicavam direitos trabalhistas extensivos ao trabalhador do campo, e melhorias de salário e infraestrutura.

²² DREIFFUS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981. P. 229

²³ MENDONÇA, Sonia Regina de & FONTES, Virgínia Maria. *História do Brasil Recente – 1964-1994*. São Paulo, Ática, 2006. p. 15

O interesse do Capital, era além de garantir o monopólio sobre a economia brasileira, nos moldes implantados nos anos de JK, associando o capital privado nacional e internacional, mantendo o lucro dos grandes empresários, eram de combater qualquer liderança ou movimento que se direcionasse contrário a essa linha, combatendo os movimentos populares surgidos no período, que eram entendidos como a grande ameaça ao capitalismo no Brasil. Sendo uma de suas funções a desarticulação de qualquer tipo de movimento que pudesse se posicionar contra o regime do capital à ser consolidado. Além disso, essa elite orgânica desenvolveu uma campanha ideológica contra o populismo, e alimentou o medo da massa para a classe média, estimulando a formação de uma sociedade consumista.²⁴ A ameaça do comunismo, causava tanto medo que além dos grupos empresariais, havia representações de diferentes segmentos da sociedade civil, como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros), além da classe média e políticos de direita, entendendo que tal ameaça, não só significaria o fim do liberalismo, mais também a miséria, a destruição dos valores morais, éticos, religiosos e da família. Além desses os latifundiários entendiam as reformas de base anunciadas com aroma para eles comunista, como uma ameaça a propriedade privada e a garantia do domínio sobre suas terras. Dreifuss, aponta pra além desses grupos a participação da ADEP (Ação Democrática Popular), ADP (Ação Democrática Parlamentar), Promotion S. A. e o SEI, e a representação

²⁴ DREIFFUS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981. 230.

cristã ADCE (Associação de Dirigentes Cristãos de Empresa), atuando sob duas modalidades de ação, a ideológica social e político militar²⁵.

A mídia de um modo geral, tem como papel fundamental para esse grupo, a função da conscientização e de promover a organização dos setores dominantes, entendendo-se como uma classe responsável pela defesa de seus ideais e estimular a visão negativa das camadas populares, defensoras do reformismo. João Goulart era acusado pelos setores supra citados de preparar um golpe de Estado com o objetivo de se manter no poder sob uma nova forma de República, ao mesmo tempo que militares, empresariado, e elite apoiados pelos EUA, estariam organizando um golpe para tirá-lo do poder. Um exemplo dessa articulação desses setores, foi a organização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, e posteriormente ao golpe a organização da Marcha da Vitória, no dia 2 de abril de 1964, com a benção do cardeal Jaime Câmara, simbolizando a vitória do povo frente à derrubada do governo.²⁶

Os golpistas, articularam este apoio por meio de propagandas políticas contrárias ao governo, como os vídeos para serem apresentados antes das sessões de cinema, e cartazes produzidos pelo IPÊS, com o objetivos de conscientização da população frente ao avanço do comunismo no Brasil, assumindo assim o papel de agentes históricos, e não apenas testemunhas do seu tempo (MARINHO: 2011, p. 86):

Os curtas-metragens do IPÊS, por sua vez, não seriam somente narrativas de teor liberal, anticomunista e elitista. Seus filmes também refletem as possibilidades de realizar e distribuir um discurso com esse conteúdo dentro de um regime democrático, mas marcado pela forte tensão e polarização política.²⁷

²⁵ DREIFFUS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981. p. 231

²⁶ GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 102.

²⁷ MARINHO, Gabriel Filgueira. A migração das imagens: o uso de imagens de arquivo no cinema documentário brasileiro. UFF, 2011. p. 90.

Dessa forma, o discurso usado, era o de fazer uma revolução para satisfazer a vontade do povo e, mais além, agir contra um governo que infringia a constituição, pois o “comunismo” do qual Jango era acusado, era constitucionalmente ilegal.

Apesar de ter sido um golpe de classe onde setores militares, empresariais, e internacionais se articularam, o discurso usado foi de “Revolução”, que dava um caráter “glorioso” ao golpe e não parecia atender somente a interesses de determinados grupos, mas atendia os apelos da sociedade brasileira, diante dos atos “ilegais” do Presidente e da “ameaça comunista”. Essa manobra pode ser entendida como:

“O golpe de 64, significou, portanto, uma dupla reordenação. De um lado, alijava e reprimia os movimentos populares. De outro, afirmava a hegemonia do capital monopolista sobre os demais segmentos”.²⁸

Outra maneira de se compreender o golpe de 1964, é sob a perspectiva de Dreifuss:

“O que ocorreu em 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES / IBAD.”²⁹

Por meio dos Atos Institucionais os militares governavam de acordo com a Constituição, ainda a de 1946, onde esses atos instituía a “vontade soberana do povo”. Restabelecendo os princípios “democráticos” e “constitucionais”.

²⁸ MENDONÇA, Sonia Regina de & FONTES, Virgínia Maria. *História do Brasil Recente – 1964-1994*. São Paulo, Ática, 2006. p. 15

²⁹ DREIFFUS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981. p. 230

O golpe foi articulado um tempo antes de ser executado, pois foi antecipado ao dia marcado que seria 4 de abril e ao dia 31 de abril de 1964, as tropas do general Olímpio Mourão, vindas de Minas Gerais,, marcharam em direção ao Rio de Janeiro. Dando início a mobilização militar que resultou no golpe, os militares golpistas marcharam para destituir Jango do cargo, alegando que ele havia abandonado o país. Mas este se refugiou em Porto Alegre, região política comandada por Leonel Brizola, que ali ainda haviam forças que o apoiavam, porém sua postura não foi a esperada. João Goulart não resistiu ao golpe e saiu do país refugiando-se no Uruguai. Em menos de 48 horas o movimento “revolucionário” triunfou. Os militares contaram com o apoio de civis como Magalhães Pinto (Minas Gerais), Ademar de Barros (São Paulo) e Carlos Lacerda (Guanabara)³⁰.

Outro agente importante nesse momento foi à imprensa. Esta noticiou a deposição do presidente quase que maciçamente, incluindo os jornais O Globo, Jornal do Brasil, Correio da Manhã e Diário de Notícias, o único que se opôs ao golpe foi o jornal A Última Hora.

Com o golpe os políticos e militares que apoiavam ainda Jango foram presos e cassados, sendo presos como traidores da nação. Assim começou o que veio a se tornar uma ditadura de 21 anos.

Esse regime apesar do discurso mediador das forças golpistas, afirmando que as eleições diretas seriam restabelecidas rapidamente e que o golpe era apenas provisório afim de, resolver os problemas políticos teve características marcantes logo de início, como a ruptura com a democracia ao fechar o Congresso, e pouco tempo depois uma série de Atos Institucionais

³⁰ A respeito do golpe tomamos como referência: DREIFFUS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981.

definiram o novo regime, mostrando que esse iria durar muito mais tempo do que a população esperava e ainda seria muito mais severo do que inicialmente se mostrara³¹.

Uma junta militar assume o poder: representantes das três armas: exército, aeronáutica e marinha. No primeiro dia de governo militar o prédio da UNE (União Nacional dos Estudantes) e o Jornal a Última Hora foram invadidos e incendiados e promulgou o Ato Institucional nº 1 (AI-1) dando ao presidente o direito de cassar os direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos e decretar estado de sítio.

Dessa forma, mesmo de maneira inconstitucional foi eleito pelo Congresso Nacional o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco. Em seu pronunciamento, declarou defender a democracia, porém ao começar seu governo, assume uma posição autoritária. Estabeleceu eleições indiretas para presidente, além de dissolver os partidos políticos. E logo após sua eleição é feita a Marcha da Vitória patrocinada pelo IPES no Rio de Janeiro. É promulgado o AI-2 em 24 de outubro de 1965, que fechará o Congresso e, portanto, retirava do cenário político figuras indesejáveis (leia-se a oposição). O regime foi arrochando ainda mais a política ao ponto de deixar o poder legislativo e judiciário a segundo plano e as ordens diretas emanarem do executivo.

O Marechal Castello Branco, governou até o ano de 1967, o que já demonstrava o caráter longo que viria a ter aquela “revolução”, e iniciou o que foi chamado de repressão política e ideológica e também a censura.

³¹ Sobre o Governo Castello Branco e demais governos militares temos por referência:
ALVES, Maria Helena Moreira – Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984. Petrópolis: Vozes, 1984.
SKIDMORE, Thomas – Brasil de Castello a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
FONTES, Virginia e MENDONÇA, Sonia Regina. História do Brasil Recente (1964-1991).

Principalmente após a criação do SNI (Serviço Nacional de Informação), chefiado pelo General Golberi do Couto e Silva, órgão responsável por dentre outras coisas vigiar as figuras que se opunham ao regime. A partir daí o regime governou por meios dos AI's e também pelos órgãos burocráticos e de vigilância constante.

Em seu governo, foi instituído o bipartidarismo. Só estavam autorizados o funcionamento de dois partidos, de um lado ARENA (Aliança Renovadora Nacional), podendo ser considerada a situação política e de outro o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), configurando uma “oposição” restrita, haja vista, que os opositores do golpe já haviam sido perseguidos.

Em 1966, foi assinado o AI-3, que estabelecia eleições indiretas para governadores dos estados, o presidente indicava os governadores que deviam ser aprovados pelas assembleias estaduais, e os governadores nomeavam os prefeitos das capitais. O governo estabeleceu a censura a jornais e revistas por meio da Lei da Imprensa.

E também em 1967, é promulgada uma nova Constituição, ampliando o poder do presidente da República e restringia o direito a greve, no mesmo momento em que os salários vinham perdendo seu poder de compra. Esta mesma constituição foi publicada e imposta a população, dentre suas regulamentações tornava legal a Ditadura, ou seja, os militares, passaram a deixar claro que sua intervenção na política não seria breve como anunciaram em 1964. Como aponta Skdmore:

“Em que a nova Carta Constitucional diferia da de 1946? Uma mudança básica era a eleição indireta do presidente. Uma segunda era o aumento do controle pelo governo federal dos gastos públicos (o Congresso ficava proibido de propor leis criando despesas ou aumentar despesas propostas pelo governo), medida vigorosamente defendida por Roberto Campos. A terceira eram os amplos poderes dados ao governo federal para "a apuração de infrações penais

contra a segurança nacional, a ordem política e social, ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União, assim como de outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei" (Art. 8). Em essência, a nova Constituição era uma síntese dos três atos institucionais e leis correlatas".³²

Como medida econômica foi adotado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), faziam parte desse plano as reformas de base propostas ainda no governo de Jango, porém foram implementadas de outras maneiras, de forma que atendessem as necessidades da elite econômica. Essas reformas integravam a classe trabalhista com a criação do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), a habitacional com a criação do fundo nacional de habitação (BNH e SFH), a agrária através do Estatuto da Terra, universitária com a implementação do sistema de créditos, a financeira e a bancária com a fundação do Banco Central e uma regulamentação maior dos Bancos, e por fim, a criação da Previdência Social (INPS) passando a recolher os fundos de previdências individuais por categoria para um recolhimento em plano nacional, agregando todos os trabalhadores urbanos excluindo apenas o trabalhador do campo. Associado ao aumento dos impostos, e compressão dos salários dos trabalhadores que eram reajustados em índices menores do que a inflação. No plano da retomada do crescimento, por meio de empréstimos com os EUA e concessão de facilidades a empresas estrangeiras instaladas no Brasil – ex. envio de remessa de lucro para o exterior, e aumentar as exportações do país, na tentativa de melhorar a balança comercial favorável. Faziam parte da sua equipe econômica Otávio Gouvêa e Roberto Campos. Tais medidas levaram de fato, a uma expressiva recuperação

³² , Thomas – Brasil de Castello a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 119

econômica do país, porém, a população continuava sem poder de consumo, além do aumento vertiginoso da dívida externa do país³³.

Castello Branco foi sucedido pelo Marechal Costa e Silva. Nesse momento começa a vigorar a nova Constituição (1967). Com sua “eleição” há uma maior radicalização na forma de governar, iniciando a chamada linha dura do governo:

“Dos três Ministérios militares (Marinha, Exército e Aeronáutica), dois foram entregues a linhas-duras: ao almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald coube a Marinha e ao marechal-do-ar Márcio de Souza e Melo, a Aeronáutica. O novo ministro do Exército foi o general Aureliano de Lyra Tavares, ex-comandante da ESG e claramente identificado com o grupo da "Sorbonne". A quarta posição militar importante, a chefia da Casa Militar, foi ocupada pelo general Jayme Portella de Mello, íntimo colaborador de Costa e Silva na conspiração anti-Goulart.”³⁴

E não havia mais o mesmo contentamento anterior a determinadas camadas, e a resistência ao regime e uma onda de protestos começa a se movimentar pelo Brasil, o que leva ao recrudescimento da repressão pelo Estado. No plano econômico elaborou o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), passando ela injeção de crédito na economia e pelo controle dos preços pelo governo, que visava desenvolver a economia do país, sendo uma continuação do PAEG associada ao crescimento econômico, a equipe econômica era formada por Delfim Neto e Hélio Beltrão. Em outubro de 1968, cerca de 700 estudantes foram presos no Congresso da UNE clandestino, fazendo com que o movimento estudantil perdesse seu poder de ação. Nada obstante, ambas articulações foram fortemente reprimidas e contidas pelos militares.

³³ SKIDMORE, Thomas – Brasil de Castello a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 122.

³⁴ SKIDMORE, Thomas – Brasil de Castello a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 139.

Sendo a maior articulação da sociedade contra os militares no governo, foi a organização da Passeata dos Cem Mil, em 26 de junho de 1968 incluindo estudantes, artistas políticos, trabalhadores e mulheres, em protesto contra a ditadura militar, por conta da morte de um estudante durante uma manifestação estudantil contra a má alimentação nas universidades.

Outros movimentos contestatórios passaram a coexistir no Brasil, por exemplo o movimento musical Tropicália, liderado por Gilberto Gil e Caetano Veloso, e movimentos de Luta Armada, grupos, que abandonaram a resistência pacífica, e resolveram pegar em armas, liderando guerrilhas contra a Ditadura, inspirados no sucesso de Cuba, os guerrilheiros, acreditavam que através da luta, conseguiriam derrubar o governo e instaurar uma nova ordem. A partir dessa premissa, surgiram movimentos no campo, como a Guerrilha do Araguaia, e na cidade como o MR-8, Ação Popular, e ALN (Ação Libertadora Nacional) anteriormente chamada de Agurpamento Comunista de São Paulo, adotando praticas de guerra, assaltos, sequestros e ataques “terroristas”³⁵ como formas de protesto, o que chamavam de terrorismo revolucionário. A opção pelas armas, não era comum a toda esquerda brasileira, visto que, dentro do próprio PCB (Partido Comunista Brasileiro) havia um racha interno, onde a orientação geral do partido era a via pacífica, mas surgiram dissidências que enxergavam a solução apenas na via armada.

Porém o ápice do governo de Costa e Silva foi a promulgação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, ato este que institucionalizava a censura e a repressão política, deixando absolutamente transparente o modo de governar dos militares, que seguiam os ensinamentos da ESG (Escola Superior de

³⁵ O termo terrorista usado não faz menção as práticas terroristas de alguns países na contemporaneidade, nas refere-se a termos usados pelos próprios revolucionários, e que não havia o desejo de atingir a população. GORENDER, Jacob. Combate das trevas, 5ª Ed. São Paulo: Ática, 1998.

Guerra) e do que os militares chamavam de Política de Segurança Nacional. Essa política foi o que mais geriu os militares no poder, pois a maioria dos discursos era nesse viés de que havia uma necessidade do Brasil se defender seja na questão econômica para desenvolvimento do país ou na questão ideológica de uma possível ameaça comunista.

Na seqüência de governantes, Costa e Silva adoece 1969, e uma Junta Militar, que ainda em 69 no dia 30 de outubro é substituída com a nomeação do General Emílio Garrastazu Médici governando até 1974. Momento de ainda mais dura repressão e de maior intensidade nas propagandas políticas, principalmente as de cunho nacionalista, afim de promover o regime e de certa forma “legitimar” os militares no poder, para isso foi criada a AERP, agência que regulava e promovia as propagandas do governo e de seus órgãos de informação através da mídia como um todo e principalmente da televisão, destacando a influência desse tipo de uso da mídia na sociedade de modo geral, conceituando o que ele chama de “construção do imaginário nacional”, considerando que propaganda política nesse momento significava muito mais do que uma “máquina de controle ideológico” seria como um modo de divulgar o governo e mais além conforme aponta Carlos Fico³⁶, de propagar a “realidade” que o regime pretendia instaurar, fornecendo uma visão idealizada que o regime tinha de si mesmo, contribuindo para a legitimação do regime e da consolidação dos valores da sociedade de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional.

Essas propagadas “promovedoras” e “legitimadoras” do governo, apontando o Brasil como um país do futuro, eram favorecidas por um momento

³⁶ FICO, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FVG, 1997.

de otimismo pelo qual a sociedade vinha alcançando, com o início do que foi chamado de Milagre Econômico, justificando economicamente toda a ação dos militares até o momento. O país crescia alcançando taxas vertiginosas, resultantes do PND, viabilizado principalmente pela associação ao capital privado internacional, arrocho salarial. Quando o Brasil encontrou uma prosperidade econômica refletida na vida cotidiana dos brasileiros. Aproveitando esse momento de credibilidade, os militares tentaram promover a integração territorial, com a construção da Transamazônica, além de ligar a Amazônia aos outros cantos do país, iria desafogar as grandes metrópoles da mão de obra excedente (e excluída), para trabalhar na construção dessa estrada.

Durante seu governo Médici promove uma interligação das redes de informações subordinando-as diretamente ao SNI, dentre elas o DOI- CODI, DOPS, Contudo, a prática autônoma dos diferentes agentes que formava a “comunidade de informações” conferia um poder quase absoluto sobre a sociedade, responsável pelo controle da produção cultural e de pensamento no país, verificando os chamados “anos chumbo”, funcionando como aparelhos repressivos do Estado, fazendo parte da sociedade política³⁷.

Este é o que podemos chamar de pano de fundo do objeto de análise no presente trabalho, ou seja, o que chamamos de conjuntura nacional conforme o título do capítulo, pois é onde nasce o nosso objeto de estudo a TV

³⁷ A sociedade política pode ser entendida como o próprio Estado, o conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos coercitivos ou repressivos de Estado, controlados pelas burocracias. Por meio da sociedade política, as classes exercem sempre uma ditadura, uma dominação mediante coerção. BIANCHI, Álvaro. Estado / Sociedade Civil. In: O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e partido. São Paulo: Alameda, 2008, p. 173-198.

Globo, e mais além influenciam diretamente na sua constituição e consolidação.

Considerando importante pontuar, que a Ditadura Militar se estende até o ano de 1985, quando de fato ocorre a transição do poder, de forma indireta, para um civil, significando um fim simbólico da Ditadura Militar brasileira. Porém nesta análise não cabe ir mais além devido ao recorte temporal, que se encerra no ano de 1972, quando o objeto de estudo, a Rede Globo de televisão, se consolida como potência nos meios de comunicação.

Capítulo II

A legislação nacional de telecomunicações

2.1 A legislação até 1964

Na análise da Legislação Nacional voltada para as telecomunicações do período de 1962 e 1972, nota-se uma crescente preocupação do governo com o setor. Vale lembrar que o setor de telecomunicações engloba todos os meios de comunicação, ou seja, desde rádio e televisão a telefones sem fios e satélites de transmissão. Essa preocupação se torna ainda maior nos anos que se sucederam após o golpe de 1964.

Outro fator importante nesse período é que os meios de comunicação nesse mesmo momento ampliam seu campo de abrangência. O rádio já havia há muito se tornado um veículo de comunicação de massa, a televisão surgida na década de 1950, aos poucos na década de 1960 foi aumentando o número de telespectadores e dando uma cara nova a comunicação. O que antes era visto apenas em jornal ou então através apenas do som passa a ser visto e ouvido, significando e muito para o setor de telecomunicações que vê nesse novo momento um *boom* de investimentos econômicos e tecnológicos, tanto por parte do governo quanto pelos empresários. Como podemos perceber:

“Essa subsunção expressava, sim, uma predominância dos interesses privados das elites nas estruturas estatais (nos seus

vários níveis e esferas) e a prevalência de práticas clientelísticas no exercício da política e da administração pública. Os elementos que tinham destaque na esfera política eram de natureza fisiológica, patrimonialista e clientelista, sendo que as ações do Estado privilegiavam segmentos da elite, subsidiando seus interesses, ou eram meros arranjos na estrutura clientelista.”³⁸

E da mesma maneira que despertou interesse em econômicos, principalmente em relação a publicidade de produtos, entendo que esse veículo auxiliava a divulgação e comercialização dos produtos, estimulando dessa forma o consumismo na sociedade, não foi diferente no governo, que passa a legislar em prol do setor e principalmente da televisão para regulamentar e controlar sua implantação. Ao se tratar de uma “coisa nova”, visto que a televisão chegará ao Brasil na década de 50, havia uma necessidade de estruturação do setor, bem como também a percepção inicial de que este veículo poderia auxiliar na consolidação de um projeto maior, de uma elite econômica, visando à consolidação do capitalismo. Entendendo, nesse caso o Estado como um aparelho da hegemonia de um grupo ou setor³⁹. A exemplo, dos complexos empresariais IPES e IBAD, que preparavam emendas aos projetos e leis do governo nas áreas econômicas, sociais e políticas, que iam desde propostas de controle de greve como a Legislação das Telecomunicações (DREIFUSS; 1981. p.237)

Na década de 60 já são mais de duzentos mil aparelhos de TV no Brasil, e esse número tende a aumentar gradativamente a ponto de, no início da

³⁸ MAIA, Rousiley e CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (org). Mídia, esfera pública e identidades coletivas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 142

³⁹ O Estado, um dos principais conceitos de ciência política em Gramsci, pode ser entendido em seu sentido orgânico e mais amplo, como o conjunto formado pela sociedade política e civil, o que ele chama de Estado Integral, podendo ser concebido como uma forma concreta de um determinado mundo econômico de um determinado sistema de produção. Sendo assim ancorado na hegemonia que pode ser entendida como consenso e coerção. O convencimento e o consenso estão na formação do Estado em Gramsci. (BIANCHI: 2008, 173-198).

década de 1970 tornar-se o principal veículo de comunicação do Brasil. Uma pesquisa do Ibope de 1965, já demonstrava claramente que os interesses pelos meios de comunicação do povo brasileiro havia mudado e mostra que a TV conquistava a preferência nacional⁴⁰ (ver tabela no final do capítulo).

Além dos interesses governamentais havia também uma preocupação por parte do próprio setor em regulamentar o seu desenvolvimento e para isso, no início da década de 1960, também é fundada a ABERT (Associação Brasileira de Telecomunicações) cujo primeiro presidente foi João Calmon⁴¹, ligado diretamente aos Diários Associados (TV Tupi)⁴², sendo o órgão consultivo do aparelho privado, com a finalidade de desenvolver por parte das emissoras, visto que o setor vinha ganhando destaque, e passa absorver mais de 24% dos investimentos publicitários no país, aumentando seu poder econômico e principalmente expandindo seus alcances.

Para um melhor entendimento da política do Estado brasileiro para os meios de comunicação, em especial para as emissoras de televisão, sobretudo durante os governos militares, embora tenha se iniciado antes, é importante lembrar a base da preocupação quanto aos objetivos e interesses estratégicos nacionais, estabelecidos na Doutrina de Segurança Nacional. Como aponta Sônia Wanderley, esse papel de protagonista se dá por duas vertentes:

“Em primeiro lugar, é fruto de profundas transformações na organização industrial brasileira, principalmente depois de 1964. O crescimento da infra-estrutura industrial permitiu a consolidação de um mercado de bens materiais e paralelamente permitiu a criação de um mercado de bens culturais. O *milagre econômico* trouxe, dentre outras coisas, a

⁴⁰ GONTIJO, Silvana. *A voz do povo: o ibope do Brasil*. Objetiva. 1996. p. 112.

interação entre o Estado e o desenvolvimento da indústria de telecomunicações, cimentando a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento da televisão em rede nacional, assim como o estabelecimento da tecnologia da TV em cores. Por outro lado, os melhores níveis salariais e a facilidade de crédito para as classes médias permitiram a expansão das vendas dos receptores de TV.

Em segundo lugar, a televisão refletirá de certa forma um refinamento qualitativo dos dispositivos ideológicos. Ela, dentre todos os meios de comunicação de massa existentes, foi o que melhor soube produzir a unificação da demanda de bens, tanto materiais como simbólicos, respondendo ao projeto do regime militar, resultante de uma doutrina que relacionava desenvolvimento e segurança – a Doutrina de Segurança Nacional.⁴³

A Doutrina de Segurança Nacional elaborada pela ESG (Escola Superior de Guerra) desde sua fundação estabelecia uma preocupação intensa a cerca dos serviços de comunicação entendendo-os como veículos de comunicação de massa, capazes de não só exercer o controle social, mas também de promoção de um ideal de sociedade brasileira, baseada no consumismo do “American Way of Life”, fazendo parte do contexto da Guerra Fria, alinhando-se ao discurso do Bloco Capitalista, liderados pelos EUA, principalmente atendendo aos interesses de uma elite orgânica⁴⁴ existente no Brasil, representadas nos complexos IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), que tinham como principal objetivo o combate ao comunismo, no país, e propagação e consolidação do capitalismo, por meio de propagandas e apoio político.⁴⁵

A preocupação do governo brasileiro acerca do setor de comunicações de um modo geral se dá muito antes da implantação da Ditadura Militar

⁴³ WANDERLEY, Sônia. *Cultura, Política e Televisão: Entre a massa e o popular (1964 – 1979)*. Niterói, tese de doutorado, Departamento de História, UFF, 2005, p. 3

⁴⁴ Para entender o conceito de elite orgânica DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981.

⁴⁵ DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981.

(1964/1985) no país, lembrando que esta contava com o apoio de parcela da população civil, leia-se a classe média e com um amplo apoio dos grupos empresarias. A comunicação passou a ser entendida como uma forma de relação social que permeia e participa da configuração social:

“Não se reduzindo ao aparato tecnológico mas dele absorvendo uma lógica toda própria de funcionamento, a comunicação na contemporaneidade tornou-se um espaço socioeconômico e cultural, de fato uma dimensão nova e essencial da sociabilidade.”⁴⁶

Uma das primeiras leis que regulamentam as telecomunicações no Brasil, com a preocupação dos serviços de radiodifusão data de 1932, sob o no. 21. 111, que elabora o regulamento da radiocomunicação do Brasil. A televisão ainda não fazia parte do seu texto, pois, ainda não era uma realidade no país, a ênfase nesse momento era o desenvolvimento do rádio. Sendo este alterado posteriormente pelo decreto número 50.840 de 3 de junho de 1962, dando outras funções ao serviço, incluindo a televisão como serviço de radiodifusão, deixando-o o sob a responsabilidade do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, bem como a análise das permissões e concessões, preocupação com o papel que estes veículos podem desempenhar na sociedade, como estabelecendo as proibições e assuntos vedados ao setor, percebendo em seu texto a apontado no artigo quarto:

As estações emissoras de rádio ou televisão não poderão difundir em seus programas textos, expressões ou imagens que:

a) atendem, direta ou indiretamente, contra a moral ou os bons costumes;

⁴⁶ MAIA, Rousiley e CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (org). Mídia, esfera pública e identidades coletivas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 141

- b) possam suscitar animosidade ou desentendimento entre as classes Armadas, ou entre estas e as autoridades civis, e instituições do País;
- c) instiguem à desobediência ou ao descumprimento das normas legais;
- d) incitem ou possam incitar greves ou subversão da ordem pública;
- e) contenham menosprezo, injúria ou desrespeito às autoridades constituídas, instituições militares, crenças religiosas ou partidos políticos;
- f) divulguem informações sigilosas referentes à segurança nacional;
- g) divulguem informações de tendência alarmista ou subversiva.⁴⁷

Nota-se nesse momento uma preocupação com a Segurança Nacional, vendo que os assuntos vetados, tratam das questões morais, éticas e de ordem pública, enxergando na radiodifusão, um papel não só de divulgação mas também de controle do que ia ser vinculado na programação. Por ser regulamentado como um serviço concessionário as punições para o descumprimento das normais citadas seria de suspensão por 30 (trinta) dias, caducidade e ou cassação da concessão⁴⁸. Ainda tratando dessa alteração no artigo 8º o exercício de funções de direção, planejamento ou técnica na Comissão Técnica de Rádio é considerado de interesse militar. Contribuindo para o entendimento que a televisão sempre foi vista como instrumento de segurança do país.

Ainda no início da década de 1960, durante o governo de Jânio Quadros, foi criado o Conselho Nacional de Telecomunicação (CONTEL) um órgão deliberativo, executivo subordinado ao presidente da República. Composto por um presidente sendo um deles José Cláudio Beltrão Frederico e oito conselheiros com mandatos de um ano e tendo proibido sua participação

⁴⁷ Decreto lei nº 50.840 de 3 de junho de 1962.

⁴⁸ Decreto lei nº 50.840 de 3 de junho de 1962.

em qualquer empresa de telecomunicação, por meio do Decreto-Lei nº 50.666 de 30 de maio de 1961, tendo como finalidade:

a) Estudar e definir o problema nacional de telecomunicações e suas ligações no âmbito internacional, assessorando o Presidente da República na fixação da Política de Telecomunicações.

b) Rever, coordenar e propor legislação sobre Telecomunicações e seus órgãos de planejamento, execução e controle, devendo apresentar dentro de três meses após sua instalação anteprojeto do Código Nacional de Telecomunicações e, dentro de seis meses, anteprojeto de lei complementar sobre radiodifusão.

c) Delinear os grandes troncos do Sistema Nacional de Telecomunicações, enunciando seus principais componentes e diretrizes gerais de exploração.

d) Coordenar e fomentar a indústria brasileira de Telecomunicações e o ensino técnico profissional.⁴⁹

Percebe-se uma preocupação com a forma operacional, de controle e legislação, devido às inovações tecnológicas que se consolidavam na década de 1960. Para esse fim, com relação especificamente a televisão, era necessária para o governo uma adaptação das leis pré-existentes a cerca da rádio-difusão e a criação das novas, e a adaptação interna dos órgãos governamentais que gerenciavam o setor, tanto com pessoal técnico quanto com a direção das instituições. A televisão é definida como indústria básica, e de interesse para a economia do país e de relevante importância para a Segurança Nacional, segundo o Decreto 640, de 2 de março de 1962, dando além dessas definições, considera que a insuficiência técnica da televisão, estabelece uma crise no setor, atribuindo ao BNDE a responsabilidade de desenvolvimento e seu reaparelhamento⁵⁰.

Complementando as medidas do governo para a regulamentação das telecomunicações, a Lei 4.117 de 27 de agosto de 1962 elaborou o Código Brasileiro de Telecomunicações, definindo esse conceito de telecomunicação

⁴⁹ Decreto lei nº 50.666 de 30 de maio de 1961.

⁵⁰ Decreto nº 640 de 2 de março de 1962.

como tudo que é transmitido por fio, rádio, meios óticos ou qualquer outro processo eletromagnético. Estabelecendo que, compete a União explorar o Sistema Nacional de Telecomunicação, assim como fiscalizar. Segundo esta lei, o CONTEL, passa a ter além das atribuições já citadas, ter como responsabilidade elaborar o Plano Nacional de Telecomunicação de cinco em cinco anos, dar continuidade aos serviços de telecomunicação, rever os contratos de concessão, opinar sobre a renovação ou caducidade das concessões, promover e superintender o tombamento de bens e a pericia contábil das empresas concessionárias. No campo tecnológico era dever do CONTEL promover a integração dos serviços de telecomunicação, estimular o desenvolvimento de indústria de equipamentos para o setor, estabelecer e aprovar normas técnicas e especificações da indústria de telecomunicação.

Essas atribuições conferem a política governamental, não só um controle do que seria exibido na programação das emissoras, como um controle direto na constituição financeira e diretiva das emissoras. Por se tratar de uma concessão, o canal continuava propriedade da União, mas ficava sob a exploração de um grupo empresarial ou uma sociedade anônima, que a qualquer momento poderia receber uma intervenção do Estado. Como ficou estabelecido no artigo 38 do capítulo 5 da lei 4.117, que os diretores das empresas de rádio-difusão (leia-se também televisão) devem ter a diretoria composta por brasileiros natos, e vetada à mesma pessoa participar da direção de mais de um a concessionária, ou que possua imunidade parlamentar, além de vedar também a concessão do serviço de rádio-difusão a sociedades anônimas que não sejam constituídas exclusivamente por brasileiros, os técnicos encarregados da operação de equipamentos de transmissão serão

brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no país, em caráter excepcional com prévia autorização expressa pelo CONTEL, entendendo dessa forma que os meios de rádio-difusão são de suma importância para a soberania nacional. Cabendo também ao Conselho as decisões a cerca das trocas de concessões, só podendo ocorrer com autorização do governo.

Em relação direta aos assuntos da programação, esta lei determina que em Estado de Sítio, o CONTEL tem como função organizar as normas para a censura das telecomunicações. Considera que os serviços de informação, divertimento, propaganda e publicidade das empresas são subordinadas as finalidades educativas e culturais, 5% (cinco por cento) da transmissão de TV ou rádio devem ser reservados para serviço noticioso, e estabelece as regras para a propaganda eleitoral. Em seu artigo 53, no capítulo VI, determina os limites da liberdade da rádio-difusão:

- a) incitar a desobediência às leis ou às decisões judiciárias;
- b) divulgar segredos de Estado ou assuntos que prejudiquem a defesa nacional;
- c) ultrajar a honra nacional;
- d) fazer propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política ou social;
- e) promover campanha discriminatória de classe, côr, raça ou religião;
- f) insuflar a rebeldia ou a indisciplina nas fôrças armadas ou nos serviços de segurança pública;
- g) comprometer as relações internacionais do País;
- h) ofender a moral familiar, pública, ou os bons costumes;
- i) caluniar, injuriar ou difamar os Poderes Legislativo, Executivo ou Judiciário ou os respectivos membros;
- j) veicular notícias falsas, com perigo para a ordem pública, econômica e social;⁵¹

Outro ponto de destaque, no conjunto de leis, é a composição do CONTEL, que prevê entre seus membros do plenário, seu órgão deliberativo, que três membros devem ser indicados respectivamente pelos Ministros da

⁵¹ Lei nº 4. 117 de 27 de agosto de 1962. p. 10

Guerra, Aeronáutica e Marinha, e um pelo Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, e entende que as funções exercidas por militares no Conselho, são questões de Segurança Nacional⁵². Essa participação militar também ficou estabelecida na comissão que foi criada para estudar a criação da Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicação), sendo composta por três militares: Coronel Av. Adhemar Scaffa de Azevedo Falcão (Presidente), Ten. Cel. José Antônio de Alencastro e Silva e Ten. Cel. Dagoberto Rodrigues, e dois civis: Dr. Durval Vieira Calazans e Dr. Raymundo de Araújo Castro Filho⁵³.

Em outubro de 1963, foi aprovado o Regulamento de rádio-difusão, incluindo os setores de rádio e televisão, obedecendo a lei 4.117, ratificando que a nacionalidade dos diretores e das sociedades nacionais de difusão devem ser constituídas de brasileiros natos, estabelecendo os critérios para a entrada no processo para obter uma concessão, provando a nacionalidade de todos os membros como a idoneidade, e deve constar na mesma proposta os equipamentos a serem utilizados e o tempo da programação ao vivo, informativo e educacional. Os critérios preferenciais estabelecem que os diretores devam comprovadamente, residir no local onde será instalada a emissora, estabelece que o prazo para a concessão de TV é de 15 anos, proibindo a alteração nas cláusulas do contrato. Os estrangeiros além de necessitares da autorização do governo para trabalhar nas emissoras devem ter seus diplomas reconhecidos pelo CONTEL. Segundo este regulamento, como a rádiodifusão tem um caráter educacional, alguns critérios devem ser respeitados, como manter um nível moral e cívico, que não vão contra a moral familiar e os bons costumes, 25% deve ser destinado ao comercial (nota-se a

⁵² Decreto nº 52.026 de 20 de maio de 1963. Indicando um total de quatro militares para a formação do plenário do CONTEL.

⁵³ Decreto nº 52.444 de 3 de setembro de 1963.

preocupação com os setores empresariais que também passavam a investir na propaganda de seus produtos) e 5% do seu tempo para serviço noticioso. Os textos publicados devem ser arquivados por 10 dias, ou gravados. As retransmissões de um lugar para outro devem ter previa autorização do CONTEL, assim como para aumentar a potência de transmissão de local, para regional ou nacional. Para conseguir a renovação de seu contrato, é necessário o cumprimento de todas as regras legais e a sua finalidade educacional, podendo ter seus contratos renovados por períodos iguais de no máximo 15 anos. A fiscalização do cumprimento das normas é de responsabilidade do Conselho, considerando infrações do setor, e suas penas devem ser aplicadas também pelo Conselho, variando de suspensão, multa ou cassação do direito de exibição:

1. incitar a desobediência às leis ou às decisões judiciárias;
2. divulgar segredos de Estado ou assuntos que prejudiquem a defesa nacional;
3. ultrajar a honra nacional;
4. fazer propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política ou social.
5. promover campanha discriminatória de classe, côr, raça ou religião;
6. insuflar a rebeldia ou a indisciplina nas fôrças armadas ou nos serviços de segurança pública;
7. comprometer as relações internacionais do País;
8. ofender a moral familiar, pública, ou os bons costumes;
9. caluniar, injuriar ou difamar os Podêres Legislativo, Executivo ou Judiciário ou os respectivos membros;
10. veicular noticias falsas, com perigo para a ordem pública, econômica e social;
11. transmitir ou utilizar total ou parcialmente as emissões de estações congêneres, nacionais ou estrangeiras, sem estar por estas prèviamente autorizada;
- 12 não declarar, durante as retransmissões, que se trata de programação retransmitida bem como deixar de mencionar o indicativo e a localização da estação emissora que autorizou a retransmissão;
- 13 não atender à exigência de serem sempre brasileiros natos os seus diretores e gerentes;
14. Não atender à exigência de que os técnicos encarregados das operações dos equipamentos transmissores sejam brasileiros ou estrangeiros, com residência exclusiva no Brasil, ressalvado o que estabelece o art. 58 dêste Regulamento;

15. modificar os estatutos ou atos constitutivos sem aprovação do Governo Federal;

16. Efetuar a transferência direta ou indireta da concessão ou permissão, sem prévia autorização do Governo Federal;

17. efetuar transferência de cotas ou ações, sem prévia autorização do Governo Federal, ressalvado o que estabelece o art. 105 deste Regulamento;

18. não organizar a sua programação de acordo com o que estabelece o art. 87 deste Regulamento;

19. admitir, como diretor ou gerente, pessoa de outra concessionária ou permissionária do mesmo tipo de radiodifusão, na mesma localidade, ou que esteja no gozo de imunidade parlamentar ou de foro especial;

20. não retransmitir os programas oficiais dos Poderes da República, de acordo com o que estabelece este Regulamento;

21. deixar de cumprir as exigências referentes à propaganda eleitoral;

22. destruir os textos dos programas, inclusive noticiosos, devidamente autenticados, antes de decorrido o prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data de sua transmissão;

23. não conversar as gravações dos programas de debates ou políticos, bem como pronunciamentos da mesma natureza não registrados em textos, excluídas as transmissões compulsoriamente estatuídas neste Regulamento:

a) pelo prazo de 5 (cinco) dias depois de transmitido por estações de potência igual ou inferior a 1 (um) kw.

b) pelo prazo de 10 (dez) dias depois de transmitidos por estações de potência superior a 1 (um) kw.

24. não conversar os textos escritos ou as gravações de programas antes do pronunciamento conclusivo da justiça, quando houverem sido notificadas pelo ofendido via judicial ou extrajudicial, da existência de demanda para reparação de dano moral;

25. desrespeitar o direito de resposta reconhecido por decisão judicial;

26. criar situação que possa resultar em perigo de vida;

27. interromper a execução dos serviços por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, exceto quando houver justa causa devidamente reconhecida pelo CONTEL;

28. não atender às determinações de natureza legal, técnica ou econômica, demonstrando, assim, a superveniência de incapacidade para a execução dos serviços objeto da concessão ou permissão;

29. permitir, por ação ou omissão, que autoridades, pessoas entidades ou empresas noticiosas que funcionem legalmente no País, utilizando suas emissoras, pratiquem as infrações referidas nos números de 1 (um) a 10 (dez) deste artigo, mesmo que os programas não sejam de responsabilidade da concessionária ou permissionária;

30. não atender aos prazos estabelecidos nos artigos 34, 35 e 36 deste Regulamento;

31. quando notificado pelo Ministro da Justiça, voltar a transmitir qualquer assunto objeto de representação, até que este seja decidida por aquela autoridade;

32. não desmentir, no prazo fixado pelo Ministro da Justiça em sua notificação, a transmissão incriminada ou desfazê-la por declarações contrárias às que tenham motivado a representação;

33. modificar, substituir os equipamentos ou as instalações aprovadas pelo CONTEL, sem prévia autorização do mesmo;

34. executar os serviços de radiodifusão em desacôrdo com os termos da licença ou não atender às normas e condições estabelecidas para essa execução;

35. não cessar a irradiação ou não desmentir notícias que contraírem a legislação eleitoral;⁵⁴

Percebe-se que a adoção do sistema concessionário, para a distribuição do direito de uso dos meios de comunicação, e não a criação de uma empresa estatal responsável pelo setor, visava, além de estimular a rápida expansão do setor, atender aos grupos ligados a comunicação pré-existentes podendo se destacar os Diários Associados de Assis Chateaubriand e as Organizações Globo de propriedade de Roberto Marinho a televisão, assim como aumentar a margem de lucro desses grupos. Da mesma maneira que ao adotar o modelo concessionário privatista, não rompia com a ordem vigente de defesa do capital, e manutenção do Brasil, ao lado do bloco capitalista, visto que este modelo era de certa forma, o mesmo implementado nos EUA, país de forte influência no cenário internacional. Atendendo aos anseios dos complexos IPES e IBAD, para veiculação e propagação de seu modo de viver, e principalmente seu modo de consumo, a ser consolidado no Brasil.

Outra medida foi a criação do Plano Nacional de Telecomunicação, sendo o conjunto de medidas a implantação de operação e ampliação do Sistema Nacional de Telecomunicação. Tendo por finalidade dotar o país de um, sistema de telecomunicação integrado, capaz de satisfazer as necessidades de Desenvolvimento e da Segurança Nacional⁵⁵. Nesse mesmo íterim foi criado o Fundo Nacional de Telecomunicação em dezembro de 1963 para ministrar os recursos que serão postos a disposição da Embratel, sendo

⁵⁴ Decreto nº 52.795 de 31 de outubro de 1963. p. 20 – 22. (como grafado no original)

⁵⁵ Decreto nº 52. 859, de 18 de novembro de 1963.

estes recursos originários da arrecadação de sobretarifas e outras taxas, durante dez anos⁵⁶. E ficando ao BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento) subescrever por conta do Fundo Nacional de Investimento ações ordinárias da Embratel⁵⁷.

Subsequente aos incentivos gerados pelos governos desde a implantação da TV no Brasil havia certo rigor no controle de tal veículo, como demonstrado acima. Se comparado aos outros meios (rádio, jornal) que apenas precisavam de um simples registro, a TV, além do registro precisava de uma lei autorizando seu funcionamento e era passível de ser cassada a qualquer momento bastando não seguir o que lhe era pré-determinado. Percebendo desde antes da Ditadura Militar, que a televisão, já era um alvo de interesse militar, presente na Doutrina de Segurança Nacional, visto que estes termos aparecem a todo momento do corpo legal da constituição da televisão, e pelos próprios governos civis, ela já era entendida como um futuro veículo de comunicação de massa, daí o interesse maciço em desenvolver o mais rápido possível sua tecnologia. Nesses termos, a televisão era entendida como uma questão estratégica para a segurança nacional.

2.2 A Legislação entre 1964 e 1972

A partir do Golpe civil-militar de 1964, a preocupação com os setores de comunicação aumentaram, mesmo sendo alvo de muito incentivo e preocupação nos anos anteriores. Como já era visto as telecomunicações

⁵⁶ Decreto nº 53.352 de 26 de dezembro de 1963.

⁵⁷ Decreto nº 53. 763, de 20 de março de 1964.

foram vistas como fundamental para a Segurança Nacional, segurança esta que justificou até mesmo a intervenção militar na política brasileira. Essa configuração se percebe a partir de novas leis referentes ao setor como também na modificação no texto de algumas, incluindo principalmente, uma redação que permitisse um maior controle pelo governo da radiodifusão.

Logo em 1964, foi aprovado o Regimento Interno do Conselho Nacional de Telecomunicação, determinado pela lei 4.117, sendo constituído por: Presidência, Plenário e o Departamento Nacional de Telecomunicação. As Competências do Conselho (CONTEL), entre outras de organizar as leis que regulamentam os serviços de administração, elaborar o Plano Nacional de Telecomunicação, assegurar a continuidade dos serviços de telecomunicação, estabelecer as normas gerais, fiscalizar o cumprimento das obrigações decorrentes das concessões ou permissões de serviços de telecomunicações. Dentro do DENTEL (Departamento Nacional de Telecomunicação), criou um subdivisão responsável apenas por televisão. E para cumprir a fiscalização, incluindo a programação, foram criadas Delegacias Regionais do DENTEL.

Uma das principais alterações se deu no texto do “Código Brasileiro de Telecomunicação”, Lei 4.117, pelo Decreto-Lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967, modificando a redação dos artigos 24 e 53. Tal alteração fez com que as telecomunicações ficassem submetidas ao controle do governo, constando a partir de então no artigo 24 fica instituído o recuso do Presidente, e no artigo 53 ficou estabelecido os temas proibidos para a radiodifusão constituindo um crime e contravenção caso esses temas viessem a público, a principal alteração foi a inclusão da proibição I, e revogou os artigos 58 a 99, substituindo pelos 58 a 72 tornando as punições se tornaram mais severas

para quem descumprisse desde multa e cassação para as empresas e detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos de detenção e perda do cargo, alguma das ordens, como:

Art. 53. Constitui abuso, no exercício de liberdade da radiodifusão, o emprego desse meio de comunicação para a prática de crime ou contravenção previstos na legislação em vigor no país, inclusive:

- a) incitar a desobediência às leis ou decisões judiciárias;
- b) divulgar segredos de Estado ou assuntos que prejudiquem a defesa nacional;
- c) ultrajar a honra nacional;
- d) fazer propaganda de guerra ou de processos de subversão da ordem política e social;
- e) promover campanha discriminatória de classe, côr, raça ou religião;
- f) insuflar a rebeldia ou a indisciplina nas fôrças armadas ou nas organizações de segurança pública;
- g) comprometer as relações internacionais do País;
- h) ofender a moral familiar pública, ou os bons costumes;
- i) caluniar, injuriar ou difamar os Podêres Legislativos, Executivo ou Judiciário ou os respectivos membros;
- j) veicular notícias falsas, com perigo para ordem pública, econômica e social;
- l) colaborar na prática de rebeldia, desordens ou manifestações proibidas.⁵⁸

Como o setor publicitário em geral, mais especificamente a TV também foi vista pelo governo como um meio fortíssimo de propaganda e controle. Por isso, sendo um dos motivos da necessidade de investir e incentivar o setor era justamente o de desenvolver a TV. Como era comum desde o primeiro governo de Vargas uma preocupação com a propaganda política, visto a criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), essa prática não se perde e é ainda mais explorada com os militares a partir de 1964, e, sobretudo, a partir de 1969, com o Governo de Médici. Cabe destacar que o mecanismo de propaganda dos militares, em muito se diferenciavam do DIP, visto que o mesmo era uma agência de um governo, cujo governo os militares

⁵⁸ DECRETO-LEI Nº 236, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967.

consideravam símbolo máximo do populismo, um dos alvos de suas ações. Que massifica através dos meios de comunicação propagandas ufanistas a favor do desenvolvimento econômico do país e em defesa do próprio regime, visando gerar em meio a população um otimismo em relação ao futuro do Brasil, acreditando que o país “estava dando certo”.

A telecomunicação fazia parte do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, entendidas como indústria básica, daí a importância do seu desenvolvimento. Primeiramente servia como parte do projeto de integração nacional, assim como as rodovias de articulação do Centro-Sul com o Norte-Nordeste, a exemplo da Transamazônica, em segundo plano um investimento financeiro para o setor urbano de telecomunicações (Cr\$ 3.120 milhões.), e por último, a construção de um centro tecnológico para o setor na região da Guanabara.⁵⁹ Entendendo o setor como fundamental para a consolidação do projeto “Revolucionário” implementado pelos militares a partir de 1964, bem como fundamental para os empresários do setor.

A propaganda política nesse momento significava muito mais do que uma “máquina de controle ideológico” seria como um modo de divulgar o governo e mais além conforme aponta Carlos Fico⁶⁰, de propagar a “realidade” que o regime pretendia instaurar, fornecendo uma visão idealizada que o regime tinha de si mesmo.

Os Governos Militares, ao mesmo tempo que aumentavam a censura sobre os veículos de comunicação, aumentavam também os incentivos econômicos e legislativos para a ampliação desses mesmos meios. Vide o número de decretos leis que foram promulgados no período e principalmente

⁵⁹ LEI N. 5.727 - DE 4 DE NOVEMBRO DE 1971.

⁶⁰ FICO, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FVG, 1997.

dos que liberavam recursos financeiros para as agências nacionais de telecomunicações leia-se ENBRATEL, CONTEL, entre outros⁶¹ (ver tabela no final do capítulo referente às verbas).

Em 1965, o governo de Castelo Branco por meio do Fundo Nacional de Telecomunicação e do gerenciamento da ENBRATEL, investe na tecnologia da TV, como instaurando um sistema avançado de transmissão em microondas, abrindo crédito para compra de receptores, dando incentivos e infra-estrutura para sua expansão, como citado a criação do Fundo Nacional de Telecomunicações submetidos a Embratel, tendo seu texto alterado pelo Decreto nº 59.698, de 8 de dezembro de 1966, deixando a arrecadação das tarifas e sobretarifas das telecomunicações sobre responsabilidade do Banco do Brasil. Ainda neste ano aprova o Regulamento Interno do CONTEL⁶², estabelecendo sua organização, função e funcionamento.

Em investimento tecnológico verificamos nesta pesquisa a abertura de crédito de Cr\$1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), para atender às despesas resultantes da participação do Brasil no Sistema de Telecomunicações por Satélites, pelo Decreto nº 57.004, de 11 de outubro de 1965. Nesse mesmo momento o governo cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações com a finalidade de prover recursos para cobrir as despesas feitas pelo Governo Federal na execução da fiscalização dos serviços de telecomunicações⁶³, destinado à fiscalização contábil, prover recursos, para cobrir as despesas feitas pelo governo na fiscalização dos

⁶¹ A exemplo: ver Lei nº 4.773, de 15 de setembro de 1965;
Decreto nº 57.004, de 11 de outubro de 1965;
Lei nº 4.666, de 8 de junho de 1965;
Lei nº 5.069, de 6 de julho de 1966.

⁶² DECRETO Nº 55.625, DE 25 DE JANEIRO DE 1965.

⁶³ Lei 5.070 de 7 de julho de 1966.

serviços de telecomunicação, recolhimento de multas, recebimento por prestação de serviços de laboratório e órgãos técnicos, rendas eventuais, saldos orçamentários, juros de depósitos bancários a fim de serem aplicados na instalação, custeio e manutenção, aquisição de material especializado e elaboração e execução de planos e projetos referentes as telecomunicações, e a Rede de Telecomunicação do Ministério da Educação e Cultura (RETEMEC), ratificando seu texto em setembro de 1966, e logo em seguida incorporou emissoras de rádio a sua rede⁶⁴, dando-lhe a seguinte redação:

“Art. 1º A Rede de Telecomunicações do Ministério da Educação e Cultura (RETEMEC), em potência e frequência convenientes, terá por finalidade assegurar intercomunicação do Ministério da Educação e Cultura com as entidades educacionais localizadas nos Estados e das mesmas entre si, e funcionará junto ao Departamento de Administração do mesmo Ministério.”⁶⁵

Em meio a todo esse investimento estatal e privado ao desenvolvimento das telecomunicações, sob o tom da censura e do controle do discurso por parte do governo foi elaborada a Lei da Imprensa⁶⁶, publicada no Diário Oficial da União de 10 de fevereiro de 1967, que submetia todos os veículos de comunicação, a esta lei, estando sujeitos a vigilância constante dos organismos de censura. Nesse mesmo contexto decretado o AI-5 (Ato Institucional nº 5) o mais duro e rigoroso dentre todos⁶⁷. Para estabelecer a censura foram criados órgãos como o SNI (Serviço de Nacional de Informação)⁶⁸ que tem como função principal o acompanhamento, o controle e a censura de todas as

⁶⁴ Decreto nº 59.213, de 15 de setembro de 1966.

⁶⁵ Decreto nº 59.164 de 1 de setembro de 1966.

⁶⁶ Lei 5.250 de 9 de fevereiro de 1967.

⁶⁷ AI- 5 foi decretado no dia 13 de dezembro de 1968. Este foi o mais duro governo militar, pois aposentou juizes, cassou mandatos, fechou o congresso por tempo indeterminado, acabou com as garantias do habeas-corpus e aumentou a repressão militar e policial. Por motivos de doença o presidente Costa e Silva foi substituído por uma Junta Militar. In: Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930. coord. Alzira Alves de Abreu ... (et al). Ed. Ver. E atual. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2001, vl. 5 pp. 5395..

⁶⁸ Lei Nº 4.341, de 13 de junho DE 1964

manifestações, artísticas, culturais, jornalistas e literária com a finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional, tendo especialmente como incumbência:

a) assessorar o Presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informação e contra-informação afetas aos Ministérios, serviços estatais, autônomos e entidades paraestatais;

b) estabelecer e assegurar, tendo em vista a complementação do sistema nacional de informação e contra-informação, os necessários entendimentos e ligações com os Governos de Estados, com entidades privadas e, quando fôr o caso, com as administrações municipais;

c) proceder, no mais alto nível, a coleta, avaliação e integração das informações, em proveito das decisões do Presidente da República e dos estudos e recomendações do Conselho de Segurança Nacional, assim como das atividades de planejamento a cargo da Secretaria-Geral dêsse Conselho;

d) promover, no âmbito governamental, a difusão adequada das informações e das estimativas decorrentes.⁶⁹

Em 1967, é criado o Ministério das Telecomunicações, com sua organização interna estabelecida pelo Decreto nº 60.876 de 20 de junho de 1967, que vai a partir de então reunir todas as entidades de controle e regulamentação tanto da TV quando dos outros aparelhos de Telecomunicação centralizando esse controle, tendo como primeiro ministro Carlos Furtado de Simas, permanecendo no cargo de 1967 a 1969. Ainda nesse mesmo ano, o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro, modifica o Código Brasileiro de Telecomunicações, onde proíbe a participação de qualquer entidade e ou pessoa jurídica estrangeira, estabelece um teto máximo de emissoras por grupo (10 estações) e em 5 as de transmissão em VHF, indo mais além ao subjugar as modificações das sociedades internas assim como os a⁷⁰cordos com empresas estrangeiras a cargo do Ministério das Telecomunicações e do

⁶⁹ Idem 22

⁷⁰ Decreto nº 60.596, de 13 de abril de 1967.

CONTEL. Em abril de 1967, foi aprovado o Estatuto da TV Educativa, tendo terá por finalidade a produção, aquisição e distribuição de material áudio-visual destinado à televisão educativa, contribuindo, direta ou indiretamente, para a expansão e o aperfeiçoamento do sistema de televisão educativa no país, para ser distribuída tanto nas emissoras públicas e privadas entrosadas no sistema nacional de televisão educativa, mediante convênios e regimes especiais de cooperação, e, bem assim, colaborar com as emissoras de televisão em geral, na esfera dos interesses comuns relacionados com a educação e a cultura.

Outro aparelho usado pelos militares para controle da propaganda política foi a AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas, criado em 1968. Esse aparelho tinha a função não só de regulamentar a propaganda política como também promover através da propaganda o governo.

Promulgou a Convenção Internacional de Telecomunicações e o Protocolo Facultativo de solução obrigatória de divergências, assinados em Montreux, em 12 de novembro de 1965, colocando o Brasil de acordo com as Convenções Internacionais de Telecomunicação⁷¹. Complementando essa participação, assina um acordo de participação operacional definitiva com a INTELSAT (International Telecommunications Satellite Consortium) por meio da EMBRATEL⁷².

No início da década de 1970, 27% das residências do país já possuem televisão e 75% estão localizadas no eixo Rio-São Paulo⁷³. E os anunciantes passam a comprar horários entre os programas e não mais patrocinar um programa inteiro, com isso o Ministério das Telecomunicações regulamenta o

⁷¹ DECRETO Nº 64.469, DE 6 DE JUNHO DE 1969.

⁷² DECRETO Nº 69.083, DE 17 DE AGÔSTO DE 1971.

⁷³ sobre o assunto ver Censo nacional de 1970

comercial de 3 minutos para cada 15 de programação. Nota-se, contudo, uma preocupação do governo em atender as necessidades não só das emissoras de TV mas também a dos anunciantes (empresas que faziam propaganda dos seus produtos através da TV), atendendo dessa forma as necessidades da burguesia nacional. Vide que a mesma participava da elaboração dos projetos leis e decretos, representados pelos grupos de estudos organizados pelo IPES, conforme aponta Dreifuss, esses grupos participavam diretamente na construção de alguns projetos a exemplo do anteprojeto de Lei sobre o Código Nacional de Telecomunicações, sob responsabilidade do general Luiz A. Medeiros, ligado a Globo⁷⁴.

Nesse mesmo período o governo cria o PRONTEL (Programa Nacional de Teleducação) por meio do Decreto nº 70.066, de 26 de janeiro de 1972, regulamentando a transmissão nacional de programação voltada para a educação com o objetivo de integrar, em âmbito nacional, as atividades didáticas e educativas, por intermédio do Rádio, da Televisão e outros meios, de forma articulada com a Política Nacional de Educação. Recebendo outras atribuições pelo Decreto nº 70.185 de 23 de fevereiro de 1972. Seguindo essa mesma linha de programação nacional, que ficou regulamentada desde então, as emissoras de TV começaram a organizar sua programação nacional, sendo a pioneira delas a TV Globo, que nesse mesmo ano lança sua programação nacional, se tornando um sucesso de audiência. Outro mecanismo criado pelo governo foi o Conselho Nacional de Comunicação⁷⁵, sendo um braço do Ministério das Comunicações com a finalidade de assessorar diretamente o

⁷⁴ DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981. p. 238

⁷⁵ DECRETO Nº 70.568, DE 18 DE MAIO DE 1972.

ministro das comunicações, este conselho cabe ressaltar que foi originário do Conselho Nacional de Telecomunicações.

Notadamente esses investimentos e desenvolvimento do setor atendiam aos interesses da elite orgânica, principalmente no plano econômico, ao serem defendidos a consolidação de uma sociedade capitalista, afastando de vez o fantasma do comunismo. Os meios de comunicação serviram para propagar esse ideal por meio da propaganda, e incentivo ao consumismo, até mesmo pela televisão ser uma tecnologia nova o que causava o interesse pelo consumo, bem como dos produtos que utilizavam ela para fazer a publicidade de seus produtos. Era o desejo de consumo como meio de criação de outros milhares de desejos de consumo. Ao mesmo tempo, era o espaço para a propaganda ideológica do governo. Dessa forma, a televisão em especial, atendia ao mesmo tempo os interesses empresariais e os militares auxiliando a divulgação da Doutrina de Segurança Nacional, e servindo como instrumento de integração nacional, via a criação de um sistema nacional de telecomunicação. Percebendo assim, que os interesses da elite e dos militares eram semelhantes e até mesmo complementares.

A reunião dessas fontes pode propiciar uma visão de governo preocupado em não só atender suas necessidades de propaganda, mas também a atender as necessidades de uma camada da burguesia, que de certa forma não se opunha ao governo. Através dos incentivos tanto fiscais quando de promoção da tecnologia. Não se pode dizer que apenas uma das partes saia beneficiada com essa política.

O uso feito pelo governo da televisão foi crescente de acordo com o desenvolvimento do setor, e não desde sempre. Pois vale lembrar que o

mesmo atingiu seu ápice na década de 70, e não desde o início do governo militar. Dessa forma, foi algo crescente e construído a partir das necessidades surgidas conforme seu desenvolvimento. Sendo entendida como um aparelho de controle hegemônico por parte do Estado, a fim de, assegurar o estabelecimento de um modelo d sociedade, baseado nos interesses da elite orgânica brasileira, estabelecidos pela Doutrina de Segurança Nacional. Notadamente defendendo os interesses das classes dominantes fazendo o uso da coerção e do consenso, via televisão⁷⁶.

⁷⁶ Para entender o papel do Estado ver conceito de Estado ético em, COUTINHO, Carlos Nelson (org). O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 270

Pesquisa Ibope de 1965

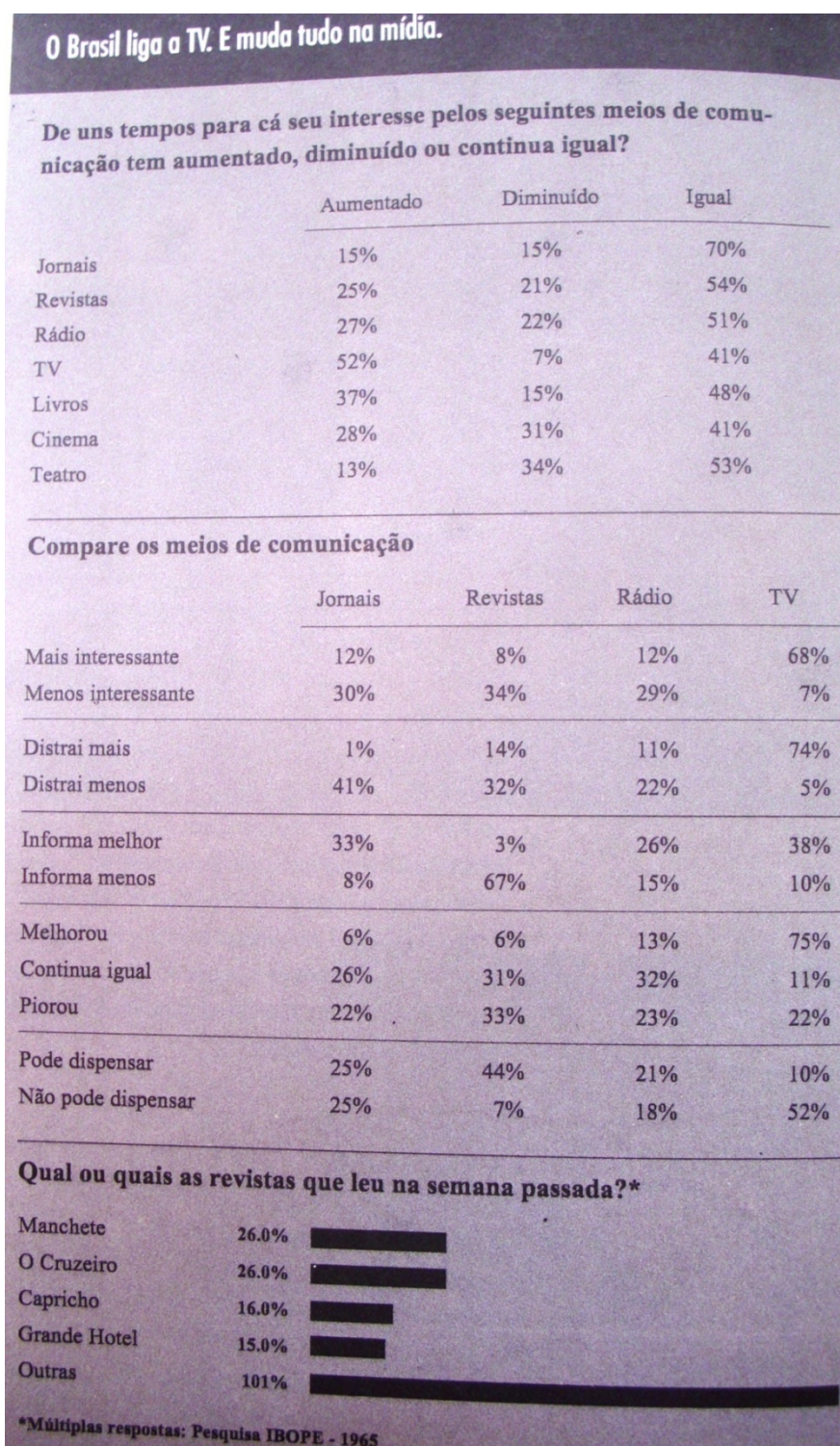


Tabela de Investimentos e liberação de verba para as telecomunicações

Orgão	Referência / natureza	Lei / Decreto	Ano	Cr\$:
CONTEL	Crédito suplementar para reforço das despesas ordinárias,	Lei 4.552	1964	10.000.000,00
EMBRATEL	Participação da União do capital a Embratel	Lei 4.773	1965	5.000.000.000
CONTEL	despesas com a participação do Brasil no Sistema Mundial de Telecomunicações por Satélites	Lei 4.666	1965	1.500.000.000
EMBRATEL	Integralizar o capital da empresa	Lei 5.069	1966	14.400.000.000
CONTEL	Custos com pessoal, equipamento, e investimentos	Lei 5.086	1966	1.083.000
CONTEL	para atender às despesas decorrentes da participação do Brasil no Sistema Mundial de Telecomunicações por Satélites	Decreto-Lei 39	1966	2.000.000.000
Ministério das Comunicações	Crédito suplementar as dotações orçamentárias	Decreto 61.460	1967	47.857.362,00
Ministério das Comunicações	Reforço das dotações orçamentárias	Decreto 71.217	1972	353.000,00

Nota-se na análise desta tabela sobre o ibope de 1965 um interesse da população brasileira de um modo geral em relação a televisão, ou seja, há uma aceitação da mesma como veículo de comunicação. Contudo a televisão conforma a tabela aponta, tornou-se indispensável para o público, além de em

todos os pontos da análise ganha dos outros veículos de comunicação. Essa aceitação da população em relação a televisão na década de 60, foi acompanhada pelo setor publicitário, que passou a investir pesadamente nas propagandas no setor, visto o número de agências de publicidade que surgiram no período, que passaram a produzir filmes para tv, e também o interesse das mesmas em desenvolver a tecnologia, para obter videos comerciais, que cada vez mais atingissem o público. Tudo isso, justifica a ação do regime em relação, ao desenvolvimento das telecomunicações, sendo paralelo ao interesse da população e dos investimentos publicitários⁷⁷. Dessa forma, cabe ressaltar que a televisão, não atendia só ao programa da ESG, em relação a consolidação da Doutrina de Segurança Nacional, mas como fundamental para a propaganda dos empresários brasileiros em relação aos seus produtos, por um veículo que era aceito pela população. Estabelecendo assim, interesses em comum, do governo e dos empresários, culminando na televisão como um veículo de comunicação de massa.

Algumas, emissoras de televisão, se aproveitaram desse boom dos investimentos na telecomunicação, não só para se lançar no ar, mais para acompanhar o desenvolvimento do setor e se consolidarem como grandes emissoras de tv, e mais tarde rede de transmissão como foi o caso, específico do trabalho, a Rede Globo.

A tabela acima exemplifica, elaborada com os dados de leis levantadas na pesquisa, alguns dos gastos do governo em relação ao desenvolvimento das telecomunicações, e também os custos estruturais da manutenção dos órgãos ligados ao setor. Cabendo ressaltar que a análise da tabela e das leis

⁷⁷ OLIVEIRA SOBRINHO, J. B. O livro do Boni. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

se dá entre os anos de 1962 e 1972, referentes ao desenvolvimento do setor e ao lançamento das redes nacionais de comunicação, estabelecidos como cortes desse trabalho. O que se percebe um grande investimento do governo nesse setor, e em diferentes áreas das telecomunicações. Esse investimento maciço do governo era, de certa forma, incoerente com o momento econômico do Brasil, desde o início da década de 60, se registrava uma crise inflacionária, desde a inauguração de Brasília, e principalmente nos anos de governo de João Goulart, chegando a aproximadamente 40% (quarenta por cento) ao ano no início da década, e nos anos do golpe a quase 80% (oitenta por cento) no país⁷⁸. Ganhando sentido apenas quando entendido como uma proposta de consolidação de um modelo, o qual os governos militares queriam implementar, e acima de tudo, justificar a intervenção do governo, por meio de propagandas de suas propostas e realização em relação ao Brasil, como o caso do período conhecido como "milagre brasileiro" (1969 - 1973), onde todo o discurso militar aparentemente se justificava, com um afastamento dessa suposta crise, e ainda mais com um crescimento vertiginoso da economia brasileira, embasando toda a ação e investimento militar no desenvolvimento dos setores de telecomunicações que serviriam não só para sua propaganda, mas também para atender aos interesses dos grandes empresários brasileiros. Os grandes investimentos no setor de comunicações – em especial os relativos a televisão – estão plenamente integrados ao conjunto de medidas modernizadoras. Dito de outro modo, desde a criação do IPES e do IBAD, seus formuladores políticos e ideológicos buscaram uma modernização conservadora e maior integração do Brasil no sistema internacional sob a hegemonia dos EUA. A

⁷⁸ Almanaque Folha disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/dinheiro60.htm> em 18/06/2012 às 16:14.

elaboração de projetos de contra-reformas de base resultou na implantação, após o sucesso do golpe e implantação da ditadura civil-militar-empresarial, do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), com grande reestruturação econômica e do Estado brasileiro, que resultou no aprofundamento do modelo de desenvolvimento dependente-associado, na superexploração do trabalho, em maior favorecimento do grande capital (em especial multinacional) e possibilitou a retomada do crescimento econômico – o “milagre”. Parodiando Sônia Mendonça, “milagre era não ter milagre”...

O Estado dessa forma não apareceu como financiador direto das telecomunicações, isso coube ao capital privado, representado pelos empresários, o que Dreifuss chamou de elite orgânica, ao Estado coube o papel de viabilizador do aparato tecnológico, como compra de satélites, por exemplo, a estruturação do setor, com a criação das leis supracitadas, e incentivo para a consolidação da televisão como veículo de comunicação de massa, pois de todos esse era o que melhor atendia aos interesses de seus projetos sociais e políticos, como a integração e a consolidação do capitalismo, balizas da DSN. E por outro lado, prestar serviços a este capital privado, atendendo direta ou indiretamente seus interesses para a construção desse veículo de comunicação de massa. Neste ponto podemos apontar que os interesses do Estado, representado pelos militares estava intrinsecamente ligados aos interesses dos empresários, não podemos afirmar quem saiu melhor beneficiado, mas ambos os projetos se interligados e de certa maneira se complementavam.

A partir dessa legislação a televisão, consolida-se como o veículo de comunicação de massa, e passou a dominar o cenário midiático, e entrando

em franca expansão na década de 70, uma das emissoras mais beneficiadas foi a Rede Globo de televisão, tanto com um apoio do governo a compra de equipamentos quanto com a sua construção, tema este a ser retratado no próximo capítulo.

Capítulo III

A criação da Rede Globo

A Rede Globo, como hoje em dia é conhecida nacionalmente, surgiu inicialmente na década de 60 com apenas uma emissora, quando ainda era chamada TV Globo. Nos dias atuais é a maior rede de televisão do Brasil (e da América Latina) e considerada a segunda maior do mundo, com cinco emissoras próprias – TV Globo Rio de Janeiro, TV Globo São Paulo, TV Globo Minas, TV Globo Brasília e TV Globo Nordeste – e 117 emissoras afiliadas que cobrem todo o território nacional.

Esse gigantesco império midiático, antes de ser o maior conglomerado de empresas de mídia do Brasil – controlando jornais, revistas, editoras, gravadoras, canais abertos e a cabo, etc – teve início com Irineu Marinho, proprietário do jornal A Noite. Em 1925 ele funda O Globo, jornal que visava concorrer com os mais importantes jornais brasileiros da época. Logo em seguida seu fundador veio a falecer e assumiu seu filho Roberto Marinho a direção. Em 1944 Roberto Marinho cria a Rádio Globo, no Rio de Janeiro. Na década seguinte ele busca a ampliação de emissoras e tenta pela primeira vez a concessão de um canal de TV, obtida em 1957.

As empresas hoje sob a presidência de Roberto Irineu Marinho, neto do fundador, constituem o que chamamos de Organizações Globo, várias empresas voltadas para o setor de comunicação, de mesmo dono, sob a marca

Globo. E seus anos iniciais se tornaram fundamentais para entender a superioridade tecnológica da empresa.

A primeira concessão de TV obtida por Roberto Marinho foi durante o Governo de JK, em 1957. Sendo esta que iria entrar no ar no ano de 1965. Esse empresário conseguiu mais duas concessões posteriormente, no ano de 1962, conforme citado no capítulo dois, uma na cidade de Salvador⁷⁹ e outra no Distrito Federal⁸⁰ ambas caducaram, antes mesmo de vigorarem por falta de recursos. As outras emissoras de propriedade do grupo foram compradas de particulares como as de São Paulo e Recife, de Victor Costa; e Belo Horizonte, de João Batista do Amaral. As outras emissoras que compõem o grupo são afiliadas a Globo e não de propriedade do grupo.

A situação da TV Globo se modifica apenas quando assina um acordo com o grupo empresarial norte-americano Time Life, onde ambas as empresas (Leia-se Globo e Time Life) se comprometiam com a inauguração da emissora de TV, o acordo se dividia em dois contratos: o primeiro, chamado de Contrato Principal era uma conta de participação e o segundo, chamado de Acordo de Assistência Técnica, vinculado ao contrato principal. Daniel Heiz em sua análise apresenta esses contratos como uma "sociedade em conta de participação" a partir do compromisso da Time-Life pagar quantias em dinheiro para a Globo, em conta de participação, outro ponto definitivo do acordo era o compromisso da empresa norte-americana em oferecer treinamento, troca de informações sobre direção administrativa e comercial, assessoramento de engenharia e orientação para aquisição de filmes e programas estrangeiros.⁸¹

⁷⁹ Decreto nº 922, de 27 de abril de 1962.

⁸⁰ Decreto nº 921, de 27 de abril de 1962.

⁸¹ Para entender o acordo ver: HEIZ, Daniel. A História Secreta da Rede Globo. Porto Alegre. Tchê!. 1987. P. 108

Essa tentativa não era nova, alguns outros grupos internacionais tentaram o mesmo acordo, mas tais propostas foram recusadas. Esse acordo foi o diferencial da Globo em relação as outras emissoras de TV do Brasil, tanto na questão tecnológica quanto organizacional. Pois as emissoras já instaladas no Brasil, possuíam um equipamento precário e eram feitas de forma quase amadora, visto que a tecnologia era internacional. O que se modifica com a inauguração a TV Globo sob os padrões internacionais, e com equipamento e pessoal da Time Life visando ditar um novo padrão televisivo no país, mais profissional e estruturado como empresa, já que pela legislação as telecomunicações eram entendidas como industria básica.

Esse padrão internacional de televisão fez com que as outras emissoras almejassem o mesmo patamar e proporcionou não só uma televisão de ponta no país como também uma corrida pela tecnologia acentuando ainda mais a concorrência entre as emissoras brasileiras além de modificar a forma de se fazer televisão no Brasil. E fez também com que o governo almejasse esse mesmo padrão, viabilizado a corrida tecnológica com a construção dos aparatos necessários para o setor.

Esse acordo estabelecido entre ambas a empresas, pode-se dizer que havia muito mais que apenas um apoio tecnológico, foi visto também como uma forma de firmar a hegemonia burguesa no país, como forma de manter essa supremacia burguesa espantando o fantasma comunista. Atendendo as necessidades do complexo IPES / IBAD, funcionando como divulgadores da ideologia em defesa dos ideais burgueses discursando em favor da democracia, do capitalismo e principalmente pregando o anticomunismo. Tal

associação além de visar estabelecer essa supremacia burguesa, era uma forma de ditar os padrões de sociedade moderna, bem como de divulgar o modelo de sociedade de consumo, nos moldes norte-americanos, que atendia as necessidades do capitalismo crescente.

Mesmo comungando de um mesmo status social, alguns empresários de telecomunicações, enxergavam este acordo como uma sociedade disfarçada, e não viam como saudável essa relação estabelecida pela TV Globo de Roberto Marinho⁸².

O que causa mal estar em relação a esse acordo empresarial, é que segundo a Constituição Federal essa associação com empresa internacional era proibida pelo artigo 160:

É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, assim como a de radiodifusão, a sociedades anônimas ações ao portador e aos estrangeiros. Nem esses, nem pessoas jurídicas, excetuados os partidos políticos nacionais, poderão ser acionistas de sociedades anônimas proprietárias dessas empresas. A brasileiros (art. 129 n^{os} I e II) caberá, exclusivamente, a responsabilidade principal delas e sua orientação intelectual e administrativa⁸³.

Além do veto constitucional, este acordo também era proibido pela Lei 4.117, que estabeleceu em agosto de 1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, artigo 38, do capítulo 5:

“Nas concessões e autorizações para a execução de serviços de radiodifusão serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

a) os diretores e gerentes serão brasileiros natos e os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores serão brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do Conselho de Telecomunicações, a admissão de

⁸² OLIVEIRA SOBRINHO, J. B. O livro do Boni. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011. p.141

⁸³ Constituição da República Federativa do Brasil. Ed. 1946, artigo 160.

especialistas estrangeiros, mediante contrato, para estas últimas funções;”

E segundo o acordo com a Time Life, o envio de técnicos ao Brasil para o acompanhamento e desenvolvimento da Globo era previsto, haja vista a vinda de nomes como de Joseph Wallace.

Já para Luiz Eduardo Borgeth⁸⁴, esse acordo não seria ilegal, alegando que era uma contribuição, que não passava de um financiamento sem juros e sem prazo, dizendo que a Time Life não sabia nada de Brasil e, portanto, não havia nem feito o apoio técnico adequado. Essa mesma visão sobre o acordo pode ser verificado no depoimento do Sr. Roberto Marinho a CPI em 1966:

“Sr. Presidente, em meados de 1961 a TV Globo estava em seus primórdios, a TV Globo nesta época ainda pertencia à Rádio Globo, que obtivera a concessão. Nós já tínhamos um terreno, na Rua Von Martius, na Gávea, lugar considerado pelos técnicos como ideal para a instalação de um estúdio de televisão. Já tínhamos um projeto do eminente patricio Henrique Mindlin e já dávamos início às escavações para as fundações. Já tínhamos pago quase totalmente os equipamentos eletrônicos, bastantes para uma emissora de televisão. Já tínhamos começado a organizar os nossos planos de trabalho, já que nós tínhamos um pouco de experiência jornalística e de radiodifusão, mas nenhuma de televisão. Foi neste momento que duas organizações americanas, a NBC e a Time-Life, nos procuraram para participarem conosco do empreendimento que íamos levar a efeito. Embora os dois grupos tivessem chegado quase simultaneamente, as nossas preferências se voltaram para a organização do Time-Life, não só porque se tratava de uma grande organização jornalística como porque essa organização se lançara há alguns anos, com grande êxito, na televisão, passando o seu Departamento de Televisão a ser talvez o mais importante departamento daquela grande organização internacional. Estudamos o assunto detidamente com os nossos advogados, já que o Art. 160 da Constituição veda a propriedade e a direção das empresas jornalísticas e de radiodifusão, o que se pode entender, por analogia, à televisão, a estrangeiros. A propriedade e a direção das empresas jornalísticas, de rádio e televisão só podem ser exercidas por brasileiros natos. Estudamos, como disse, detidamente, e chegamos à conclusão de que poderíamos assinar dois contratos com o Time-Life. Um de assistência técnica, nos moldes de numerosos, de centenas, de milhares de contratos de assistência técnica que são estabelecidos com empresas brasileiras, até mesmo com empresas vedadas, como a Petrobrás, a qualquer capital estrangeiro. O outro

⁸⁴ BORGETH, Luiz Eduardo. “Quem e como fizemos a TV Globo. A Girafa. 2003.

contrato que achamos poder estabelecer foi uma conta de participação 'joint venture', que, como V. Ex.^{as} sabem, é um contrato de financiamento aleatório, uma vez que não dá nenhum direito de direção ou de propriedade a uma empresa, apenas participando o financiador dessa empresa dos seus lucros e prejuízos".⁸⁵

O conceito de acordo citado por Roberto Marinho, "joint venture" sugere uma associação de empresas independentes, sem a perda de sua identidade jurídica, com o fim de partilharem os investimentos, os lucros, os riscos e as responsabilidades do negócio associadas a um projeto em comum. Mas segundo o depoimento citado, essa partilha de lucros não chegou a acontecer. O que não tornaria este acordo inconstitucional.

Porém a TV Globo entre no ar mesmo com esse acordo que somente foi investigado anos depois. E ainda assim a Globo conseguiu isenção de impostos na importação de equipamentos e material de vídeo-tape que não fosse produzido no Brasil⁸⁶. Estabelecendo uma relação política umbilical. Esse fato não foi comum às outras emissoras de TV, haja vista que a implantação de emissoras de televisão no Brasil era altamente controlada pelo governo afim, de não haver oposição ao governo nos meios de comunicação. A situação da TV Globo se tornou diferenciada das outras emissoras, tanto no investimento empresarial quando no tratamento legislativo do governo federal.

Segundo Boni, em sua autobiografia, o acordo também foi considerado legal, e não se detém a tal discussão, citando apenas que sob todos os aspectos foi considerado legal, e não passava de um assunto meramente comercial entre Roberto Marinho e Time Life. Além disso, enviava regularmente ao Brasil funcionários para acompanhar o andamento da televisão e dos lucros,

⁸⁵ Depoimento disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,5270-p-21890,00.html> 07/12/2012 às 15:08.

⁸⁶ Sobre o assunto ver: Lei nº 4.419, de 29 de setembro de 1964.

como Weston Pullen, chefe da divisão de televisão do grupo⁸⁷. Apontando que esse relacionamento entre o Grupo Time Life e a Globo, nem sempre era fácil, pois havia exigências de garantias de recebimento do que haviam investido, e com correção da inflação.⁸⁸

Segundo o decreto número 55.782 de fevereiro de 1965, a concessão de televisão concedida a Rádio Globo na cidade do Rio de Janeiro, para a TV Globo, revogando o decreto de 1957 nº 42.940 ampliando a concessão de 10 para 15 anos⁸⁹, obrigando-a a ter sua diretoria formada por brasileiros, e para as funções técnicas ou operacionais relativas à radiodifusão somente para brasileiros, e ter no mínimo dois terços do pessoal formado por brasileiros, com um prazo de inauguração de dois anos.

No dia 26 de abril de 1965 a TV Globo é inaugurada no Rio de Janeiro, no canal 4 de televisão, e às 11 horas também do dia 26 de abril entra no ar em São Paulo pelo canal 5 TV Paulista.

Com a inauguração, alguns técnicos vieram para a TV Globo. O primeiro foi o norte-americano Joseph Wallace, trazendo para a emissora uma visão mais empresarial e em seguida José Bonifácio de Oliveira Sobrinho (Boni) sai da TV Rio seguido de Walter Clark e vão para a Globo. O grande nome do desenvolvimento da Globo, foi Boni, trouxe junto com esses profissionais uma visão profissional entendendo que função da televisão:

“(...) rádio e televisão eram veículos de publicidade e que o era importante apenas para conquistar maior público para ver e ouvir as mensagens publicitárias.”⁹⁰

⁸⁷ OLIVEIRA SOBRINHO, J. B. O livro do Boni. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011. p.273

⁸⁸ OLIVEIRA SOBRINHO, J. B. O livro do Boni. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011. p. 184

⁸⁹ Decreto nº 55.879 de 30 de março de 1965.

⁹⁰ OLIVEIRA SOBRINHO, J. B. O livro do Boni. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011. p.40

Dessa forma a TV Globo foi reunindo os profissionais de maior categoria além dos enviados pela Time Life, contratava os que já trabalhavam nas emissoras brasileiras. Além de comprar a TV Paulista das Organizações Vitor Costa. Dessa forma, tornavam os meios de comunicações mais estáveis financeiramente atraindo investimentos, tanto do capital privado nacional como também anunciantes de marcas multinacionais.

Uma das participações mais questionadas no caso era de Joseph Wallace, funcionário e representante do grupo Time Life, no Brasil, que segundo a CPI participava das decisões financeiras da TV Globo, e na contratação de profissionais como nos casos citados acima, de Boni e Clark⁹¹, como citado no artigo constitucional acima, esse tipo de cargo era proibido a estrangeiros.

Com menos de um ano de fundação a TV Globo já abrigava os maiores profissionais de televisão do Brasil, sendo administrada por homens de marketing, preparados longamente nas escolas dos EUA. A equipe possuía um padrão empresarial muito forte, não vendo apenas a TV como um meio de comunicação mais também como uma fonte empresarial rentável. Criando meios de financiar os programas a partir de seus patrocinadores criando os pacotes publicitários, e também inovando na forma de fazer o programa, que antes nas outras emissoras era produzido pelo patrocinador. Na Globo o programa era feito pela própria emissora e apenas contava com o capital financeiro do patrocinador e anunciando seu nome como o mesmo, isso assegurava uma qualidade aos programas, característicos da emissora. Um exemplo disso foi a criação do comercial entre um período da programação e

⁹¹ OLIVEIRA SOBRINHO, J. B. O livro do Boni. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011. p.147

outro, inovação da Globo, que logo em seguida foi regulamentado pelos militares. Isso pode se dizer, que foi o início do que na década de 70 foi intitulado de “Padrão Globo” de qualidade.

Ainda no ano de 1966, com menos de um ano de inauguração o acordo TV Globo-Time Life começou a ser investigado sob a denúncia de João Calmon, ligado aos Diários Associados, sendo um de seus condôminos. Resultando na instalação de uma CPI em 29 de março para que fosse feita uma averiguação do mesmo. No primeiro parecer divulgado no dia 8 de março de 1967⁹², o relator declara que havia irregularidades no que consta aos cargos atribuídos a estrangeiros como os cargos de gerência, e administração e também no que tange aos recursos financeiros para a construção de prédio e das instalações da TV Globo. Esse primeiro parecer foi rejeitado pelo então presidente Castelo Branco, declarando que esse acordo não possuía irregularidades, e decretou que a associação não era ilegal, considerando as acusações infundadas.

Apenas em 1968, ainda sob pressão de alguns parlamentares como Carlos Lacerda e João Calmon, o então presidente Costa e Silva revê a decisão de Castelo Branco, e de acordo com mudanças nas leis de telecomunicações, aprova o parecer do dia 20 de outubro de 1967, obrigando a TV Globo a se desligar de suas relações econômicas com a Time Life, ou seja, retirar a participação da Time Life e também dos estrangeiros do quadro administrativo da TV.⁹³

Todavia a TV Globo já abrigava a maior audiência no estado do Rio de Janeiro segundo a pesquisa IBOPE, perdendo apenas em São Paulo para a TV

⁹² PR. 1.369-67 nº 490-H, in HERZ, Daniel. “A história Secreta da Rede Globo. TCHÊ!, 1987.

⁹³ ⁹³PR. 1.369-67 nº 585-H, in HERZ, Daniel. “A história Secreta da Rede Globo. TCHÊ!, 1987.

Record que possuía ainda um público fiel a sua programação. A TV Globo, inovara a sua programação incorporando em sua grade uma programação da mais variada, atendendo a varias camadas sociais e a diferentes faixas de idade. Ainda no ano de 1968, a Globo, com o objetivo de alcançar a liderança também em São Paulo, coloca no ar uma gama de programas variando de programas de auditório como “Casamento da TV”, “SOS Amor”, “Dercy de Verdade” no Rio de Janeiro e “O Homem de Sapato Branco” em São Paulo, fora o investimento em larga escala na produção das telenovelas, em destaque nesse período as novelas de Janete Clair como “Véu de Noiva”.

Após a decisão do presidente Costa e Silva a Time Life retira-se da Globo em 1969.

Como podemos perceber o capital estrangeiro foi fundamental para que a Globo alcançasse altos índices de audiência como, aponta Sônia Wanderley:

“Ingrediente fundamental para que a Globo atingisse níveis de campeão de audiência foi sua associação com o capital estrangeiro. Tal estratégia, (...) facilitou sua organização empresarial, criando condições para que mais rapidamente pudesse absorver as transformações sócio-econômicas por que passava o país e revelar-se o veículo que melhor interpretou a ideologia de consumo que se afirmaria no cenário nacional. Os homens que comandam a emissora de 1965 a 1969, ano da criação da Central Globo de Produções, sabiam perfeitamente que o crescimento da empresa, nos moldes em que foi gerida, estava diretamente relacionado à afirmação do projeto conservador de modernização e integração que o golpe de 1964 havia privilegiado.”⁹⁴

Outro fator que favoreceu a centralização da TV Globo, foi o incêndio da TV Globo de São Paulo (antiga sede da TV Paulista), que consumiu a área técnica e o auditório, os cenários e roupas da Novela A Cabana do Pai Tomás.

⁹⁴ WANDERLEY, Sônia. *A construção do silêncio: a Rede Globo nos projetos de controle social e cidadania (décadas 1970/1980)*. Niterói, dissertação de mestrado, Departamento de História, UFF, 1995 p. 84

Onde a emissora como medida emergencial passou a exibir a programação do Rio, e mesmo assim manteve-se a audiência. Nasceu assim a ideia de transmissão única para todo o país. Além disso, com esse incidente, Joe Walach queria que toda a produção da programação passasse a ser centralizada no Rio de Janeiro sua sede principal, o que deu certo operacionalmente, pois além de tornar os custos menores propicia um maior controle de qualidade. Formando um dos maiores complexos de produção de televisão do mundo. Alguns empecilhos foram apresentados a esta mudança, como transferir o elenco da novela para o Rio, e o abarrotamento dos estúdios do Rio. A decisão foi de finalizar a novela em São Paulo e transferir o restante para o Rio, como os programas do Chacrinha, e da Dercy, que eram muito populares em São Paulo, mas que poderiam ser transmitidos ao vivo do Rio, devido a disponibilização do tronco sul de enlaces de micro-ondas pela Embratel, fazendo com que a Globo tivesse uma rota permanente Rio-São Paulo. Nota-se uma fusão entre o interesse do Estado com o da emissora, tornando-se complementares, neste projeto de comunicação de massa.⁹⁵

Tal incêndio foi decisivo também pela indenização do seguro, que fez com que a emissora, recuperasse um pouco do capital perdido podendo ser investido em outras áreas como o aluguel de locações para as gravações e transmissões em São Paulo, como também na modernização do centro de produção no Rio de Janeiro. Concomitante a isso, o advento do satélite possibilitando a Globo transmissões diretas internacionais ao vivo via satélite, consolidando-se como pioneira em transmissão por satélite, com a exibição sem cortes da missão Apollo 11 ao vivo. Garantindo pela primeira vez a Globo

⁹⁵ WANDERLEY, Sônia. *A construção do silêncio: a Rede Globo nos projetos de controle social e cidadania (décadas 1970/1980)*. Niterói, dissertação de mestrado, Departamento de História, UFF, 1995. p. 78

a liderança de audiência durante uma média diária da programação. Fazendo com que a Globo a partir daí, adotasse o nome Rede Globo tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro.⁹⁶

Somado a isso, em setembro ainda de 1969, entra em rede no Brasil a estreia do programa jornalístico “Jornal Nacional”, entrou na grade da programação entre duas novelas a das 19 horas e das 20 horas com iniciais 15 minutos de duração e depois aumentando para 30 minutos. Esse telejornal inaugurou um novo estilo de jornalismo, por vários fatores: por ser o primeiro em rede nacional, informação em curto tempo, obsessão pelo tempo real – o agora, a apresentação visual requintada e fria – denotando imparcialidade e distância, por fim os assuntos das notícias variavam e equipe jornalística contava com repórteres no exterior e em outros estados, chamados de correspondentes. Tornando a Globo o primeiro canal com capacidade de transmitir em rede Nacional sua programação ou parte dela. Ao mesmo tempo, em que os militares lançavam seus programas de integração territorial do Brasil, via construção das grandes rodovias como a Transamazônica. Servindo a mais um propósito ligado a DSN, e ao projeto de sociedade constituída pela doutrina e defendida pelo IPES.

Em 1970 a emissora do Rio de Janeiro sofre um incêndio que, porém, não causou grandes danos para a emissora. Outro incêndio ocorrido em 1971, e nesse mesmo ano, a Globo treina seu pessoal e adapta seus equipamentos para os usos da imagem, apontando para um novo alvo a classe média. O padrão visual diferencia das outras emissoras, com os logotipos e utilização de imagens de impacto que vieram a ser a marca registrada da Globo em sua

⁹⁶ OLIVEIRA SOBRINHO, J. B. O livro do Boni. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011. p. 233 – 237.

propaganda. No âmbito das novelas os hábitos do povo brasileiro passou a ser incorporado nas tramas, e cada horário de novela abrigou um tipo de temática a das 18 horas ficou com as histórias românticas e ou de época, a novela das 19 horas lida com temas leves e a das 20 horas abriga temas de cunho mais adulto discutindo temas como triângulos amorosos, riqueza, problemas sociais, sendo mais ousadas no conteúdo e na técnica de produção. Padrão que foi incorporado pela TV até os dias atuais.

Afim de, conquistar a classe C e D a emissora buscava nos modelos de programas do rádio, visto o aumento do crédito essas classes também passaram a ter acesso a TV. Para isso, em 1971, criou o Departamento de Análise e Pesquisas da Central Globo de Produções, sua função ETA construir a imagem do telespectador típico de vários programas. Ou seja, para atribuir uma veracidade em sua programação, e contar com uma certa “participação popular” foi criado o “Departamento de Pesquisa” por Boni, sendo um auxiliar da produção. Enfim, não há participação, pois este departamento analisa os comportamentos, as tendências e as demandas dos espectadores baseado em pesquisas por amostragem das grandes cidades, podendo assim antecipar essas demandas em massa do público, conhecendo assim o público que já abriga e ainda mais estudar as necessidades para poder alcançar o restante do excedente. Contribuindo para atingir, de fato, o “Padrão Globo de Qualidade”.

O “Padrão Globo de Qualidade, foi o nome atribuído as exigências comuns aos funcionários da Globo em todos os seus escalões e níveis, o que Boni chamou de “mentalidade da tolerância zero”, ou seja, a busca pela perfeição, o que era facilitava essa busca era a possibilidade da gravação, edição e mixagem, tecnologia nova, fazendo com que a emissora liderasse no

mundo o nível de horas de produção, além de conferir-lhe um alto índice de qualidade nos seus programas, aumentando ainda mais o nível da televisão no Brasil e principalmente sua audiência. Segundo Pierre Bourdieu, esse pensamento existe na produção midiática, uma mentalidade mercadológica a qual ele chama de “mentalidade-índice-de-audiência”, que pensa-se no sucesso comercial, ou seja, é a lógica comercial que se impõe às produções culturais, e não o contrário, a televisão serve portanto, para vender produtos, ideias e modelos propostos por uma classe dominante. Além disso ele aponta a televisão, não é propícia portanto, a expressão do pensamento, dada a urgência das notícias e informações ali transmitidas:

“A televisão tem uma espécie de monopólio de fato sobre a formação das cabeças de uma parcela muito importante da população. Ora, ao insistir nas variedades, preenchendo esse tempo raro com o vazio, com nada ou quase nada, afastam—se as informações pertinentes que deveria possuir o cidadão para exercer seus direitos democráticos”⁹⁷

Constituindo-se como organismo da sociedade civil, conceito que em Gramsci, entende-se como aparelho dos organismos privados para divulgação e propagação de ideologias visando exercer a hegemonia sobre a sociedade.

Juntamente como a criação do PRONTEL (conforme citado no capítulo anterior instituindo as redes nacionais de televisão em 1972), a Globo, amplia ainda mais suas áreas de atuação inaugurando a sua emissora de Brasília e comprando a geradora de TV do Recife, consolidando-se então como Rede Globo contando com mais de 36 afiliadas e centenas de estações retransmissoras no país.

⁹⁷ BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997. p. 23-39.

A ascensão da Rede Globo se deu em apenas sete anos após sua inauguração. E solidificando sua superioridade técnica e sua hegemonia no ibope, que desde então não fora ameaçado. Contando não só apenas com incentivos legislativos do governo, como também com um pesado investimento empresarial, contudo associado a um momento de fragilidade política social, onde um governo precisava se firmar e uma sociedade necessitava de organizar.

Ressaltando que inicialmente boa parcela da sociedade, principalmente a elite, setores empresariais, e classe média apoiaram o golpe militar, que resultou no Regime Militar.

A história da Rede Globo e de sua constituição se prolonga por muitos anos, mas no presente estudo não cabe se prolongar, pois o foco principal são os fatores que levaram a mesma a se tornar o que conhecemos hoje como Rede Globo de Televisão.

Conclusão

A relação entre o Governo Militar e a TV Globo se deu através de uma aliança, gerando uma simbiose entre as duas instituições, facilitando assim o diálogo e o uso que cada instituição fez em benefício próprio. Ficou evidenciado que a TV Globo precisava de “facilidades” para sua implantação e os militares de uma televisão, dada a sua crescente importância que os apoiasse, e mais além divulgasse e fizesse incorporar na sociedade seu ideal de sociedade padrão e controlada, afim de, sua manutenção no poder.

A memória construída pós 1985 sobre o Regime Militar trás para si apenas o lado negativo do governo, deixado de lado os benefícios mesmo que reduzidos encontrados pela sociedade. Um setor que não pode se queixar do regime, mesmo com toda a censura, foi o setor de telecomunicações e em especial a televisão, que durante os 21 com os militares a frente do país recebeu os maiores incentivos para seu franco desenvolvimento e sua regulamentação e constituição como um veículo de massa, na década de 70. Outra tendência dessa memória construída é que todos aqueles setores que de algum modo da consolidação do regime, são culpados pelos mesmos “crimes”, carregando consigo desde então uma memória negativa de sua história.

A questão chave neste trabalho, não é encontrar um culpado para a instauração do regime, nem mesmo classificar a televisão, principalmente a TV Globo como uma vilã que não defendia a sociedade e também não de eximir a participação da mesma no regime. Mas sim o de situar as necessidades de cada instituição que levou-as a tal associação.

O que se pode constatar é que cada uma das instituições, tiveram motivos isolados e hora em comum para se associarem. A TV Globo, por exemplo, tinha o interesse quase que único de se lançar no ar, porém a figura de Roberto Marinho, era muito importante economicamente, e fazia parte do IPES, organização que foi imprescindível para a instauração do Regime Militar.

Os militares por sua vez, precisavam de um veículo de comunicação que facilitasse a sua consolidação no poder, e promovesse seu ideal de sociedade, associado aos interesses da elite orgânica que visava constituir uma sociedade moderna, baseada nos padrões capitalistas.

Conclui-se que o que levou a essa relação umbilical, foi uma associação de interesses, que culminaram em um acontecimento – a inauguração da TV Globo. A partir de então, a Globo passou a ser vista como o meio de comunicação desses setores e, com isso sendo feito através dela todo tipo de propaganda e divulgação dos mesmos.

A construção da Globo como maior emissora nacional de televisão, ocorreu em decorrência desses mesmos fatores, sendo interessante para todos os setores, principalmente para a própria Globo e a sua consolidação em 1972, demonstrou a importância desse veículo.

Percebeu-se também, o interesse claro dos militares, no capítulo II em tornar a televisão esse veículo de comunicação de massa, o que era importante para seu projeto de sociedade concebido pela Doutrina de Segurança Nacional. Para isso, eles adotaram dois tipos de modelo para essa construção, um investimento maciço do governo, para a compra e elaboração do aparato necessário para seu desenvolvimento, como compra de uso de satélites, construção de estações transmissoras e retransmissoras, e ao

mesmo tempo um modelo privatista para atender a um grupo elitista já existente no Brasil, do setor das telecomunicações, entregando ao empresariado a responsabilidade de desenvolver os canais, e a programação que ao mesmo tempo atendesse os interesses econômicos, principalmente na propaganda de produtos, visto que a mensagem a partir da TV, ela era captada por mais grupos sociais, já que ela é um tipo de “imagem viva”, ou seja, falada e ouvida, e ainda propagasse o modelo de sociedade proposto pelos militares para a sociedade brasileira.

Outro ponto é entender que as emissoras de TV que existiam anteriormente a Globo, comungavam dos mesmos interesses, um deles a consolidação do veículo, como um grande veículo de comunicação de massa. Mas a emissora que obteve maior êxito nesse contexto, foi sem dúvidas a Globo. Primeiramente, pela associação com a Time Life, independente do acordo ser legal ou não, trouxe para a Globo uma visão de televisão empresarial, focada na obtenção de lucros e na produção de programas de maneira profissional, muito diferente da forma que se fazia televisão no Brasil até o momento, deixando-a muito a frente das outras emissoras em relação a tecnologia. Segundo ponto o incêndio de São Paulo, que ajudou a concentrar a produção dos programas no Rio de Janeiro, aumentando assim o controle de qualidade. E por fim, toda a legislação da televisão criada pelos militares, e todo seu investimento do desenvolvimento do setor, da qual a Rede Globo foi à televisão que mais soube fazer uso desse apoio governamental para se tornar a maior emissora de televisão do país.

De um modo geral, os militares pensavam no desenvolvimento da televisão como rede, visto que fazia parte de seu projeto de integração

nacional, já que a ideia de rede de televisão seria um mesmo programa visto no país inteiro, ou seja, a mesma mensagem chegaria, ou propaganda chegaria aos diferentes lugares do país, proporcionando uma forma de integração cultural e principalmente do modo de consumo. E para isso viabilizaram esse tipo de formação, o que fez da Rede Globo a primeira rede de televisão do Brasil.

Conclui-se que a televisão fazia parte de um projeto maior, e que, contudo, a primeira televisão a se apropriar e se desenvolver de acordo com este projeto foi a Rede Globo. Sendo difícil, entender quem se apropriou de quem, ou quem beneficiou a quem. Mas o que podemos concluir é que os projetos dos militares e de Roberto Marinho, se conversavam e eram complementares um do outro, fazendo com que toda essa relação se tornasse mais fácil de ser negociada. Os militares tinham as ferramentas legais e Roberto Marinho a televisão, então, ambos se associaram num projeto complementar que visava desenvolver as telecomunicações do país.

Fontes

- Decreto nº 50.666, de 30 de maio de 1961.
- Decreto nº 50.840, de 23 de junho de 1961.
- Decreto Lei nº 640, de 2 de março de 1962.
- Decreto nº 921, de 27 de abril de 1962.
- Decreto Lei nº 922 27 de abril de 1962.
- Lei nº 4.117, DE 27 de agosto de 1962.
- Decreto nº 52.026, de 20 de maio de 1963.
- Decreto Lei nº 52.169 18 de junho de 1963.
- Decreto nº 52.444, de 3 de setembro de 1963.
- Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.
- Decreto nº 52.859, de 18 de novembro de 1963.
- Decreto nº 53.352, de 26 de dezembro de 1963.
- Decreto nº 53.763, de 20 de março de 1964.
- Lei nº 4.419, de 29 de setembro de 1964.
- Decreto Legislativo nº 7, de 1964.
- Lei nº 4.552, de 10 de dezembro de 1964.
- Decreto nº 55.625, DE de 25 de janeiro de 1965.
- Decreto nº 55.782, de 19 de fevereiro de 1965.
- Decreto nº 55.879, de 30 de março de 1965.
- Lei nº 4.666, de 8 de junho de 1965.
- Lei nº 4.773, de 15 de setembro de 1965.
- Decreto nº 57.004, de 11 de outubro de 1965.
- Decreto nº 58.379, de 10 de maio de 1966.
- Lei nº 5.069, de 6 de julho de 1966.
- Lei nº 5.070, e 7 de julho 1966.
- Lei nº 5.086, de 30 de agosto de 1966.
- Projeto de resolução nº 190, de 1966.
- Decreto nº 59.164, de 1º de setembro de 1966.
- Decreto nº 59.213, de 15 de setembro de 1966.

- Decreto Lei nº 39, de 18 de novembro de 1966.
- Decreto nº 59.698, de 8 de dezembro de 1966.
- Lei nº 5.198, de 3 de janeiro de 1967.
- Decreto Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.
- Decreto nº 60.596, de 13 de abril de 1967.
- Decreto nº 60.876, de 20 de junho de 1967.
- Decreto nº 61.460, de 4 de outubro de 1967.
- Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.
- Ato Complementar nº 38, de 13 de dezembro de 1968.
- Decreto nº 64.469, de 6 de junho de 1969.
- Decreto nº 69.083, de 17 de agosto de 1971.
- Decreto nº 70.066, de 26 de janeiro de 1972.
- Decreto nº 70.185, de 23 de fevereiro de 1972.
- Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972.
- Decreto nº 71.043, de 30 de agosto de 1972.
- Decreto nº 71.217, de 5 de outubro de 1972.
- Decreto nº 80.971, de 09 de dezembro de 1977.
- Decreto legislativo nº 87, de 1972.

Referências Bibliográficas

6.3 Bibliografia utilizada:

BECKER, Antonio. *Constituições Brasileiras de 1824 a 1988*. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004. p. 144. (Volume I).

BIANCHI, Álvaro. Estado / Sociedade Civil. In: O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e partido. São Paulo. Alameda, 2008, p. 173-198.

BIAL, Pedro. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2004

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves [orgs.]. *O Brasil Republicano*. Volumes 3 e 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos *Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro. FGV, 1997.

_____ *Versões e Controvérsias sobre 1964e a ditadura militar* in Revista Brasileira de História. São Paulo. vl. 24, nº 47. p. 29-60. 2004..

GONÇALO JUNIOR. *País da TV: história da televisão brasileira*. São Paulo: Conrad Editora, 2001.

GONTIJO, Silvana. *A voz do povo: o ibope do Brasil*. Objetiva. 1996.

GLOBO. *Jornal Nacional: a Notícia faz História*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2004

IANNI, Otávio, *O Colapso do Populismo no Brasil*, Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1968.

HEIZ, Daniel. *A História Secreta da Rede Globo*. Porto Alegre. Tchê!. 1987.

LEMOS, Renato Luis do Couto. A “ditadura civil-militar” e a reinvenção da roda historiográfica. Carta enviada ao jornal *O globo* como comentário ao artigo do prof. Daniel Aarão Reis “A ditadura civil-militar”, publicado no caderno Prosa & Verso de 31 de março de 2012.

MARINHO, Gabriel F. A migração das imagens: o uso de imagens no cinema documentário brasileiro (1961 – 1984). Niterói, dissertação de mestrado, Departamento de História, UFF, , 2011.

MENDONÇA, Sonia Regina de & FONTES, Virgínia Maria. *História do Brasil Recente – 1964-1994*. São Paulo, Ática, 2006.

MENDONÇA, Sonia Regina de, *Estado e Economia: Opções de Desenvolvimento*, 2a. ed, Rio de Janeiro: Graal, 1988.

OLIVEIRA SOBRINHO, J. B. (projeto e supervisão) *50 anos de televisão no Brasil*. São Paulo: Globo, 2000.

_____ O livro do Boni. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

PALHA, Cássia Rita Louro. A Rede Globo e o seu Repórter: imagens políticas de Teodorico a Cardoso - Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2008.

REDE GLOBO DE TELEVISÃO. *15 anos de história*. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1984.

_____. *30 anos - uma história ilustrada*. São Paulo: Globo, 1996.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000. Coleção Descobrimdo o Brasil.

SKIDMORE, Thomas, *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 6^a ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Muito além do Jardim Botânico*. São Paulo: Summus, 1985.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Trad. Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro. FGV. 2000.

WANDERLEY, Sônia. *A construção do silêncio: a Rede Globo nos projetos de controle social e cidadania (décadas 1970/1980)*. Niterói, dissertação de mestrado, Departamento de História, UFF, 1995.

_____. *Cultura, Política e Televisão: Entre a massa e o popular (1964 – 1979)*. Niterói, tese de doutorado, Departamento de História, UFF, 2005.

Vídeos:

BBC de Londres. *Muito Além do Cidadão Kane*, de 1993.

6.2 Bibliografia levantada:

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BIANCHI, Álvaro. Estado / Sociedade Civil. In: *O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e partido*. São Paulo. Alameda, 2008, p. 173-198.

BIAL, Pedro. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2004

BIROLI, Flavia. *Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubtschek (1956-1960)*, in *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vl. 24, nº 47, p. 213-40. 2004.

BECKER, Antonio. *Constituições Brasileiras de 1824 a 1988*. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004. p. 144. (Volume I).

CRUZ, Franciane da Conceição. *Cultura, Integração e Desenvolvimento: os meios de comunicação de massa no contexto da Ditadura (1964-19680)*, 2005 (Especialização Em História Social do Brasil)Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981.

FERNANDES, Florestan, *Ditadura em Questão*, 2^a ed., São Paulo: T. A. Queirós, 1982.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves [orgs.]. *O Brasil Republicano*. Volumes 3 e 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos *Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro. FGV, 1997.

_____. *Versões e Controvérsias sobre 1964e a ditadura militar* in *Revista Brasileira de História*. São Paulo. vl. 24, nº 47. p. 29-60. 2004..

FIGUEIREDO, Argelina C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. SP: Paz e Terra, 1993.

GASPARI, Elio . *A Ditadura Derrotada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

_____. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

_____. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

_____. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

GONÇALO JUNIOR. *País da TV: história da televisão brasileira*. São Paulo: Conrad Editora, 2001.

GONTIJO, Silvana. *A voz do povo: o ibope do Brasil*. Objetiva. 1996.

GORENDER, Jacob, *O Combate nas Trevas*, 5^a ed. revista e ampliada, São Paulo: Ática, 1998.

GLOBO. *Jornal Nacional: a Notícia faz História*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2004

IANNI, Otávio, *O Colapso do Populismo no Brasil*, Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1968.

HEIZ, Daniel. *A História Secreta da Rede Globo*. Porto Alegre. Tchê!. 1987.

JAMBEIRO, Othon. *A TV no Brasil do século XX*. Salvador: EDUFBA, 2002.

MAINWARING, S. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense.

MARINHO, Gabriel F. *A migração das imagens: o uso de imagens no cinema documentário brasileiro (1961 – 1984)*. Niterói, dissertação de mestrado, Departamento de História, UFF, , 2011.

MEDEIROS, Leonilde S. , *História dos movimentos sociais no campo*, Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENDONÇA, Sonia Regina de & FONTES, Virgínia Maria. *História do Brasil Recente – 1964-1994*. São Paulo, Ática, 2006.

MENDONÇA, Sonia Regina de, *Estado e Economia: Opções de Desenvolvimento*, 2a. ed, Rio de Janeiro: Graal, 1988.

O'DONNEL, Guilherme, *B.A: Reflexões Sobre os Estados Burocráticos - Autoritários*, S.Paulo: Vértice, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de, *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*, 6a. ed, Petrópolis: Vozes, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de, *A Economia da Dependência Imperfeita*,

OLIVEIRA SOBRINHO, J. B. (projeto e supervisão) *50 anos de televisão no Brasil*. São Paulo: Globo, 2000.

_____ O livro do Boni. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

REDE GLOBO DE TELEVISÃO. *15 anos de história*. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1984.

_____. *30 anos - uma história ilustrada*. São Paulo: Globo, 1996.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000. Coleção Descobrimo o Brasil.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.

SADER, Eder, *Quando novos personagens entraram em cena*, S.Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. SP: Vértice, 1986.

SILVA, Alberto Moby Ribeiro da. *Sinal Fechado: a música popular brasileira sob censura (1937-45 / 1969-78)*. 2ª. Ed., Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

SKIDMORE, Thomas, *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Muito além do Jardim Botânico*. São Paulo: Summus, 1985.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Trad. Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro. FGV. 2000.

WANDERLEY, Sônia. *A construção do silêncio: a Rede Globo nos projetos de controle social e cidadania (décadas 1970/1980)*. Niterói, dissertação de mestrado, Departamento de História, UFF, 1995

_____. *Cultura, Política e Televisão: Entre a massa e o popular (1964 – 1979)*. Niterói, tese de doutorado, Departamento de História, UFF, 2005.